

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

20.^a Reunião
(26 de janeiro de 2017)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 17 horas e 42 minutos.

Procedeu-se à audição da Dr.^a Maria Luís Albuquerque (ex-Ministra de Estado e das Finanças entre 2 de julho de 2013 e 30 de outubro de 2015), tendo usado da palavra os Deputados Moisés Ferreira (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Inês Domingos (PSD) e João Galamba (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 21 horas e 4 minutos.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Sr.^{as} e Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje.

Eram 17 horas e 42 minutos.

Agradeço, desde já, a disponibilidade de todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados por termos antecipado o início desta reunião, pois, como sabem, o seu início estava programado para as 18 horas. Uma vez que o Plenário hoje acabou mais cedo, julgo que estão reunidas as condições para que possamos começar esta audição também um pouco mais cedo.

Temos connosco a Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque, que aqui está na qualidade de antiga Ministra de Estado e das Finanças do Governo anterior.

A Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque deu-me conta de que não deseja fazer intervenção inicial e que está plenamente a par das regras de funcionamento, diria, das comissões de inquérito e não especificamente desta Comissão de Inquérito.

Sem mais delongas, passamos de imediato para a fase de colocação de questões à Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque, sendo que, de acordo com as regras da rotatividade, hoje cabe ao Bloco de Esquerda fazê-lo em primeiro lugar.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, cumprimento a Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque.

Sr.^a Deputada, pergunto-lhe o seguinte: qual era o plano e a estratégia que o Governo de que fez parte tinha para a Caixa Geral de Depósitos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque** (ex-Ministra de Estado e das Finanças): — Boa tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Moisés Ferreira, a atuação do Governo anterior relativamente à Caixa Geral de Depósitos foi conhecida logo desde o início.

Houve, em conjunto, aliás, com a maioria dos principais bancos do sistema financeiro português, uma operação de recapitalização, que foi, tal como nos outros bancos, com capital próprio e com instrumentos híbridos conhecidos como CoCo (*contingent convertible bonds*).

Nessa operação de recapitalização foi elaborado um plano de reestruturação da Caixa destinado a produzir resultados que permitissem objetivamente melhorar a situação da Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, no essencial, uma grande parte do que se passou na Caixa durante o tempo em que estive no Governo teve a ver com a execução desse plano e com as atualizações que naturalmente esse plano implicou, também com o cumprimento de obrigações incluídas no Memorando de Entendimento do Programa de Ajustamento que vigorou entre 2011 e 2014 e depois com uma relação normal de contacto entre uma instituição que é detida pelo Estado e o seu acionista.

Não sei se respondi, Sr. Deputado. Enfim, colocou uma pergunta tão abrangente que poderia dar para muito mais, mas, em linhas gerais, é isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Teremos oportunidade de ir pormenorizando.

Alguma vez, em discussão com o Governo ou com o Sr. Primeiro-Ministro, abordou um plano para a privatização da Caixa Geral de Depósitos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, começo por esclarecer, para entendimento de todos, que o processo de recapitalização, não especificamente só da Caixa Geral de Depósitos mas de todos os bancos que foram recapitalizados nessa fase, foi conduzido diretamente pelo gabinete do Ministro dos Finanças, que, na altura, era o meu antecessor, o Prof. Vítor Gaspar.

Naturalmente que eu acompanhei o processo e estou a par do que aconteceu, mas não foi tomada nenhuma iniciativa para fazer a privatização da Caixa Geral de Depósitos. De resto, se tivesse sido tomada alguma iniciativa nesse sentido, teríamos todos, com certeza, conhecimento, o que não aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A Sr.^a Deputada foi, em 2011, eleita pelas listas do Partido Social Democrata, cujo programa eleitoral defendia a alienação de ativos da Caixa Geral de Depósitos, a alienação da sua participação nos seguros e na saúde e a sua dispersão em bolsa pelo menos a título parcial.

A concretização destas medidas foi discutida alguma vez no Governo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, queria só dar uma nota de que a alienação de ativos da Caixa Geral de Depósitos era um compromisso expresso do Memorando de Entendimento. Portanto, como o Sr. Deputado sabe, foi celebrado e assinado antes da entrada em funções do Governo a que eu pertenci.

A matéria da dispersão do capital em bolsa, se bem me recordo, esteve no programa eleitoral mas não chegou a vigorar no Programa do Governo. Não tomámos nenhuma iniciativa nesse sentido. No processo de discussão

de como seria feita a recapitalização e a reestruturação da Caixa Geral de Depósitos essa opção não foi incluída.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A recapitalização que foi realizada em 2012, e até por trazer um plano de reestruturação acoplado e ter sido considerada ajuda de Estado, foi um momento encontrado pelo Governo para concretizar estes dois objetivos que tinham a ver com a alienação dos seguros e do setor da saúde?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, digo-lhe mais uma vez que esses compromissos constavam do Memorando de Entendimento. Sendo compromissos que tinham sido assumidos pelo Estado português, naturalmente que o Governo então em funções respeitava esses compromissos. Fazia parte.

Estavam esses compromissos assumidos e teriam de ser cumpridos com ou sem plano de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, porque eram compromissos assumidos previamente. Mas, uma vez que tinham impacto no capital da Caixa Geral de Depósitos, naturalmente que foram também considerados na definição do plano de reestruturação, porque a alienação destas duas áreas teve até um impacto positivo no capital da Caixa e tinha de ser incluído.

Saliento que era um compromisso prévio ao processo de recapitalização da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Novamente, e para encerrar este assunto, no programa eleitoral do PSD, de 2011, podia ler-se: «Em momento ulterior [ao Memorando de Entendimento], a CGD poderá ser levada à bolsa a fim de dispersar um parte minoritária do seu capital social, dentro dos objetivos estratégicos de numa maior eficiência...» — e é feita uma enumeração — «...e o reforço dos seus rácios de capital».

Em 2012, é cada vez mais evidente que a recapitalização que foi feita foi insuficiente, o que levou, aliás, a que a Caixa Geral de Depósitos, logo no final de 2014, e em 2015, necessitasse de uma recapitalização adicional.

A recapitalização feita em 2012 foi apenas para «aguentar» a Caixa Geral de Depósitos durante o Memorando de Entendimento, potenciando depois a dispersão do seu capital em bolsa findo esse Memorando?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, se me permite, deixe-me fazer uma correção ao que disse. O anterior — aliás, não é o anterior, é o anterior ao anterior — Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, o Dr. José de Matos, disse, julgo que nesta mesma Comissão, que a primeira vez que teve conhecimento que foi identificada a necessidade de um reforço de capital foi já no ano de 2015.

A recapitalização que foi feita em 2012, o montante e o modelo decorrem daquelas que foram as necessidades de capital identificadas na altura para a Caixa Geral de Depósitos, como também para outros bancos.

Os montantes que foram identificados como necessários, nomeadamente pelo Banco de Portugal, que fez essa análise também, foram os montantes colocados na Caixa Geral de Depósitos, sendo certo que sabemos que um conjunto de pressupostos que então foram assumidos, não especificamente para a Caixa mas para todos os bancos, acabaram por não se materializar e a evolução das circunstâncias foi diferente.

Foi feita a recapitalização com o montante que na altura foi identificado como sendo necessário.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Quais foram os fatores que levaram à necessidade de recapitalização em 2012 e quais foram os fatores considerados para os montantes necessários dessa recapitalização?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, para a Caixa Geral de Depósitos foi feita uma análise, como foi feita para todos os outros bancos. Foram identificadas as necessidades de reforço de capital decorrentes da situação em que o sistema financeiro se encontrou e recorde — não que nos tenhamos esquecido — que Portugal entrou numa situação de pré-bancarota, o que naturalmente teve um impacto na atividade económica, pois tivemos uma recessão que também se refletiu no sistema financeiro, e um conjunto de operações que existiam no balanço da Caixa Geral de Depósitos, de participações, etc., perderam valor, o que levou a que fosse necessário reforçar o capital.

O supervisor, na altura, o Banco de Portugal, fez diretamente a avaliação de quais seriam as necessidades de capital para que o banco pudesse desenvolver a sua atividade normalmente e chegou ao valor de 1650 milhões de euros, que foi efetivamente injetado em 2012, recorrendo aos mesmos critérios para o resto da banca.

Recorde também — seguramente, ainda teremos oportunidade de falar nisso — que as exigências relativamente ao capital, as exigências regulatórias desde 2011 até hoje, foram sucessivamente aumentadas por força da alteração do modelo de supervisão e regulação e de um conjunto de alterações que foram feitas.

O quadro que hoje impõe necessidades de capital é substancialmente diferente e muito mais exigente do que aquele que vigorava em 2012.

Portanto, na altura, sendo certo que era uma discussão que estava em curso, não se antecipavam aquelas que seriam as exigências regulatórias futuras.

Fiz este enquadramento para que quem nos está a ouvir perceba que aquilo que se exigia em 2012 é diferente do que se exige hoje, em 2017, ou em 2014 ou 2015, porque houve essa evolução em matéria de regulação e supervisão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A forma como eram consideradas as necessidades de capital na altura... Elas, aliás, foram sucessivamente revistas. Em outubro de 2011, a Caixa considerava uma necessidade de 2239 milhões de euros, em dezembro de 2011 reviu em baixa para 1834 e depois, como todos sabemos, o plano de recapitalização fixou em 1650 milhões de euros.

Foi essencialmente considerada, creio eu, e pergunto-lhe se assunção é correta, a necessidade de criação de um *buffer* por exposição à dívida soberana e a necessidade adicional de capital para fazer face às novas exigências regulatórias e, portanto, a necessidade de aumentar o rácio de capital. Foi isso que foi considerado?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, permita-me que repita o que disse há pouco. Há determinados detalhes, nomeadamente os valores que citou, que admito que estejam corretos, sobre primeiras e segundas avaliações, depois o valor que foi acertado. Eu não participei diretamente nessas discussões. Como disse há pouco, essas matérias foram

sempre tratadas ao nível do Gabinete do Ministro, no tempo do meu antecessor. Portanto, não acompanhei em detalhe as discussões que levaram a essa variação.

Recordo também que foi um período em que, ao nível interno, estávamos numa recessão económica — 2012 foi um ano particularmente difícil, como todos certamente nos lembramos —, mas também já estávamos com bastantes alterações ao nível regulatório, discussões permanentes na Europa e imposições de novos critérios. Portanto, é natural que tenha havido algumas alterações.

Sr. Deputado, se me pergunta exatamente se os números eram esses e se a sequência dos números foi essa, confesso que não participei nas discussões com esse grau de detalhe para poder confirmar ou não a questão que me colocou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, se me permite, só um esclarecimento por causa do seu tempo. Como, aliás, hoje é público e notório, tenho uma relação difícil com este aparelho de controlo de tempo.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Não me está a dar um bónus?!

O Sr. **Presidente**: — Não, não! Estou a dizer-lhe que pode ir até aos 5,5 minutos porque o cronómetro foi a zero quando tinha 2,5 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr.^a Doutora, perguntava-lhe exatamente isto — e garanto-lhe que os números que dei destas revisões em baixa estão certos — porque, como acabou de dizer, em 2012, havia uma recessão económica profunda. Então, quando se faz uma recapitalização na Caixa Geral de Depósitos é estranho que não haja neste montante nenhuma

margem, nenhuma almofada para poder absorver impactos supervenientes de uma crise que estava instalada. Isto porque estes montantes respondem essencialmente à exigência de criação de um *buffer* por exposição à dívida pública e por maiores exigências regulatórias.

Portanto, parece ter sido uma recapitalização pelos mínimos, não tendo considerado a possibilidade de a crise afetar o desempenho da própria Caixa, criando imparidades, crédito malparado. Perguntava-lhe, enfim, se não foi pouco prudente, na altura, não estabelecer uma almofada de segurança para que a Caixa estivesse mais apta a absorver alguns impactos da crise.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, se me permite fazer aqui um enquadramento, durante todo o período do Programa de Ajustamento e até algum tempo depois, frequentemente, eu era confrontada, enfim, em circunstâncias várias, com «é preciso pôr mais dinheiro aqui ou é preciso mais tempo para fazer alguma coisa».

Sr. Deputado, se tivéssemos mais tempo e mais dinheiro, seguramente, teria sido possível fazer muito mais.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Isso se não tirassem a seguir!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Mas, na verdade, os recursos eram muito escassos. Os recursos que estavam à disposição do Estado português eram, de facto, muito escassos.

Fazer a constituição de almofadas de capital, que, como digo, não foram identificadas como necessidades pelo supervisor, não foi identificada essa necessidade na altura, dá a sensação de que essa discussão se colocaria sempre num cenário em que não havia restrições e as decisões eram tomadas como se essas restrições não existissem.

Na verdade, quando estamos a falar de recursos públicos e de recurso do dinheiro dos contribuintes, as decisões têm sempre de ser muito ponderadas. Mais uma vez, salvaguardando o facto de não ter estado envolvida nas discussões de pormenor, aquilo que foi feito relativamente à Caixa Geral de Depósitos foi fazer o reforço de capital que foi entendido como necessário. O plano de reestruturação da Caixa foi aprovado pela Direção-Geral de Concorrência e tinha um conjunto de pressupostos que levariam a que Caixa conseguisse executar a sua atividade com normalidade para poder fazer o apoio à economia portuguesa, como, aliás, era uma obrigação de todos os bancos. Até é do interesse de todos os bancos apoiar a economia, porque quanto mais saudável está a economia, mais saudáveis estão os balanços dos bancos.

Portanto, foram feitas as recapitalizações na Caixa, como nos restantes bancos, que foram identificadas como necessárias. Temos sempre de fazer a avaliação em função daquilo que era conhecido na altura e não em função daquilo que conhecemos hoje, porque hoje sabemos, naturalmente, que alguns daqueles pressupostos não se concretizaram e que a evolução das taxas de juro foi diferente daquilo que estava previsto.

Enfim, há uma quantidade de elementos que, na altura, foram considerados na definição do plano e que acabaram por não se concretizar nesses termos. Mas isso sabemos agora, não se sabia na altura, trabalhava-se com as melhores previsões que se poderiam fazer com a informação disponível.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Compreendendo o argumento da escassez de recursos, ainda assim, a Caixa Geral de Depósitos foi,

proporcionalmente, dos bancos menos capitalizados na altura, por dinheiro público.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, mais uma vez, foi recapitalizada com as necessidades de capital que foram identificadas por quem tinha os instrumentos, a competência e a capacidade para fazer essa identificação, e discutidas, como digo, também com o meu envolvimento. Não estou aqui a pretender, de maneira nenhuma, dizer que não acompanhei, que não sei ou que não concordo, mas nessas discussões de detalhe em que não participei, seguramente, essas matérias hão de ter sido faladas e terá sido assim concluído.

Se fosse entendido que o montante da recapitalização que foi feita não era suficiente para os objetivos, então, as próprias entidades europeias, que tiveram de aprovar o plano, os próprios elementos da troica, que fiscalizavam essas matérias de perto e com acesso a toda a informação, teriam sinalizado, na altura, que entendiam que a recapitalização era insuficiente.

De facto, não foi isso que aconteceu. Aquilo que aconteceu depois, como digo, prognósticos depois do jogo é sempre mais fácil, antes têm o seu grau de incerteza e estávamos a viver um período de particular incerteza nessa altura.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Mas na altura, ainda há pouco referiu, vivia-se uma recessão profunda. Não foi considerada essa recessão? Ou foi considerado apenas um cenário ultra otimista de recuperação em muito curto prazo?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, os pressupostos macroeconómicos que enquadraram os planos de recapitalização dos bancos era o cenário macroeconómico do Banco de Portugal, e o atual Ministro das Finanças trabalhava nesse departamento e fazia essas previsões macroeconómicas.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Mas devo dizer que em muitas matérias estavam em linha com aquilo que eram as previsões macroeconómicas também feitas pelo Banco Central Europeu, pelo Fundo Monetário Internacional.

Portanto, não eram enviesadas nesse sentido. Tinham um cenário para a frente que acabou por não se materializar, mas isso é uma coisa que acontece frequentemente com as previsões.

Como digo, foi utilizada a melhor informação disponível, e não foram as previsões do Governo, foram as previsões de uma entidade independente, que é o Banco de Portugal, e estavam em linha com essas previsões.

E o plano de recapitalização, aliás, o plano de reestruturação foi sendo sucessivamente revisto ao longo do tempo precisamente para ter em conta os desenvolvimentos positivos ou negativos que se foram verificando e, tanto num caso como noutro, havia diferenças face às previsões que foram feitas na altura. O plano foi sendo atualizado e adaptado à verificação da realidade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Porquê 900 milhões de euros em instrumentos híbridos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, não lhe sei dizer em detalhe, como digo, essa discussão do detalhe de por que é que divisão foi feita entre 750 e 900. Mas para a Caixa Geral de Depósitos foi adotado um modelo semelhante ao que foi adotado para os restantes bancos. Ou seja, havia instrumentos de capital direto colocados pelos acionistas — no caso da Caixa Geral de Depósitos, o acionista era o Estado —, a Caixa Geral de Depósitos foi, desse ponto de vista, tratada como os restantes bancos e tinha também um conjunto de instrumentos contingentes que contavam para efeitos de rácio de capital mas que eram quase capital. Na prática, eram instrumentos de obrigações convertíveis que deveriam, de acordo com o plano, vir a ser devolvidas ao acionista Estado.

Sem ser capaz de lhe responder no detalhe por que é que os números foram estes e não outros, o princípio da recapitalização com este modelo foi aplicado a todos os bancos e não apenas à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Mas a Caixa Geral de Depósitos, do ponto de vista da propriedade e de relação com o Estado, não é um banco igual aos outros bancos. Porquê tratá-lo desta forma em vez de, enfim, fazer uma injeção de capital direta, considerando isso um investimento num ativo? Aliás, uma empresa que até 2010 tinha distribuído dividendos, que se sabia que tinha liquidez, que era uma empresa com viabilidade a curto, médio e longo prazo, porquê tratá-la de forma igual?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, se me permite, acho até curioso o argumento atendendo à discussão a que temos assistido recentemente de que a Caixa é o maior banco do sistema português, que tem de ser tratado como os outros, que tem de ter administrações como

as outras, a ganhar como as outras. Acho até curioso o argumento, vindo desse lado, de que a Caixa devia ter sido tratada de forma diferente porque é diferente.

Mas, excluindo este aparte, é também preciso, mais uma vez, recordar, Sr. Deputado, que as decisões do Governo nessa altura não tinham a liberdade que hoje se pode pensar ou querer fazer crer que tinha, porque, na verdade, aquilo que eram as possibilidades de atuação do Estado português estavam enquadradas pelo Memorando de Entendimento e sujeitas à aprovação das entidades que compunham a troica, para além das entidades de supervisão.

Deixe-me, aliás, recordar, Sr. Deputado — porque talvez esteja esquecido —, um assunto que foi referido na altura e que foi do conhecimento público: não foi sequer possível utilizar a linha dos 12 000 milhões do programa para a Caixa Geral de Depósitos.

O capital da Caixa Geral de Depósitos teve de sair do Orçamento do Estado e de outras formas de financiamento, não pôde sair da linha dos 12 000 milhões, porque a troica não consentiu que fosse utilizado para essa finalidade.

Portanto, fazer uma avaliação das decisões como se tivéssemos tido todos os graus de liberdade e não tivéssemos tido nenhum tipo de constrangimento não é, sequer, uma avaliação correta que se possa fazer.

Foi feita a recapitalização à Caixa pelos montantes que foram considerados necessários, no modelo que foi possível aprovar perante as entidades que nos estavam a acompanhar na execução do Programa de Ajustamento. Portanto, o resultado foi que à Caixa foi aplicado um modelo semelhante ao que foi aplicado aos outros bancos no que diz respeito aos instrumentos híbridos mas também às exigências do plano de reestruturação.

Não estamos a falar de uma situação como a que temos hoje, em que o Governo tem, objetivamente, muito mais graus de liberdade para tomar decisões do que aqueles que existiam na altura.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A utilização de instrumentos híbridos, então, para fazer uma parte da recapitalização foi uma imposição externa?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, como lhe digo, quanto à divisão dos valores, repito mais uma vez para ficar claro, não estou em condições de lhe dizer o detalhe da discussão...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Mas a utilização do instrumento?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Mas, tanto quanto sabemos, do que é público do plano de recapitalização que se está a ser discutido agora, mesmo sem Memorando de Entendimento, também tem uma imposição de colocação de dívida junto de privados, etc.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Isso é para não ter ajudas do Estado!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Quando estamos dentro de um quadro em que a supervisão não depende só de nós e em que temos de respeitar regras às quais voluntariamente nos obrigámos, estamos obrigados também a seguir essas regras que voluntariamente aceitámos.

Mais uma vez: independentemente da divisão entre 750 e 900 milhões, foi o modelo que na altura foi utilizado para os vários bancos e também para a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sabendo que a utilização destes instrumentos híbridos, inclusivamente, prejudicaria a Caixa Geral de Depósitos, ao obrigar a um pagamento anual entre 80 e 90 milhões de euros, o Governo tentou, de alguma forma, não utilizar estes instrumentos híbridos ou fazer com que esta recapitalização não fosse considerada ajuda de Estado? Contestou, de alguma forma, a assunção de que esta recapitalização era uma ajuda de Estado?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, relativamente à primeira parte da questão, não estou em condições de lhe dar uma resposta precisa.

Quanto à argumentação para que não fosse considerada auxílio de Estado, sim, houve muita argumentação, houve um esforço muito ativo para que não fosse considerada auxílio de Estado.

Entendemos, e continuo a achar hoje, que os argumentos que na altura foram apresentados eram absolutamente válidos. Se estávamos a utilizar os mesmos mecanismos que estavam a ser utilizados para os outros bancos não devia ser considerado auxílio de Estado, mas, à data, não foi possível fazer vingar esse argumento. Foi feita essa argumentação, foi feita essa defesa, mas não foi possível fazer vingar o argumento.

A remuneração dos instrumentos híbridos foi fixada pela Direção-Geral de Concorrência para os vários bancos, mais uma vez, porque os planos tiveram de ser aprovados por eles, e, na altura, achámos também que as taxas de juro que estavam a ser exigidas por esses instrumentos eram excessivamente penalizadoras. Mas foram uma imposição da Direção-Geral de Concorrência.

Espero que aquilo que venha a ser pago a privados no âmbito do atual plano não seja ainda mais caro do que aquilo que foi pago ao Estado. Mas, enfim, isso teremos de esperar para ver.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Não percebi a primeira parte da sua resposta, quando disse que não era capaz de responder à minha primeira questão sobre a utilização de CoCo, uma vez que era sobre se o Estado tinha de alguma forma contestado a utilização de CoCo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, o que disse relativamente a essa pergunta foi: se houve essa discussão ou não, e em que termos, não estou em condições de lhe responder porque não participei nela.

Sobre a argumentação para não ser auxílio de Estado acompanhei mais e, portanto, pude dar-lhe uma resposta mais concreta.

Essa, em particular, lamento mas não estou em condições de lhe dar. Não participei nas eventuais discussões que possa ter havido relativamente a essa matéria e como não lhe sei responder melhor do que isto terão de fazer o favor de colocar a questão ao meu antecessor na pasta.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Era uma resposta importante, até porque em correspondência trocada entre a DGComp e o Ministério das Finanças, a determinada altura, é dito, e cito, que «Portugal reconhece que a Comissão pode entender apropriado considerar o aumento de capital como ajuda de Estado, dado que: *a)* Existem circunstâncias do mercado muito particulares; *b)* O aumento de capital é para ser feito em simultâneo com a

subscrição de instrumentos de capital híbridos em termos que foram considerados ajudas de Estado».

Portanto, se aceitou, de alguma forma, a utilização de instrumentos de capital híbridos, depois foi também uma destas razões que levou a que a DGComp o considerasse como ajuda de Estado e por isso era importante.

Mas gostaria também de perceber por que é que Portugal reconhece que a Comissão «possa entender apropriado considerar o aumento de capital como ajuda de Estado» por «existirem circunstâncias do mercado muito particulares».

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, o que lhe vou dizer — e peço que os Srs. Deputados tenham isso em atenção, mais uma vez — é de um acompanhamento feito a maior distância. Não participei das reuniões com a Direção-Geral da Concorrência, à data, sobre a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e não participava na elaboração dessa correspondência trocada, que era feita a partir do Gabinete do Ministro.

Portanto, com essa ressalva, o que julgo que terá sido o enquadramento na altura e o entendimento é que o Estado, apesar das circunstâncias muito difíceis, é sempre um acionista que se distingue dos restantes e que tem um poder diferente dos restantes. Por isso, em matéria de auxílios de Estado, a intervenção do capital público e do Estado é sempre tratada com um outro cuidado e atenção.

Mas mais uma vez terei de dizer ao Sr. Deputado que coloque a questão a quem está em melhores condições para lhe responder, porque não quero dar aqui uma resposta que possa induzir em erro, quando, objetivamente, não participei nessas discussões de detalhe.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Então, centremo-nos em algumas discussões ou situações em que participou mais diretamente, já como Ministra das Finanças.

Desde o primeiro trimestre de 2014 que os capitais próprios da Caixa se reduziam de forma sustentada, ao mesmo tempo que aumentavam as imparidades. O Governo foi alertado para esta situação e para as necessidades de novo reforço de capital? Sim ou não? E o que fez para resolver a situação?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, naturalmente que acompanhámos a atividade da Caixa, a evolução dos seus rácios e dos seus indicadores. Aliás, não só nós mas também as entidades de supervisão. Há múltiplos relatórios públicos que evidenciam essa evolução, que foi positiva em muitos aspetos.

A questão da necessidade de um eventual aumento de capital ou, se lhe quisermos chamar, de uma provável necessidade de novo aumento de capital, surgiu já em 2015 e era matéria para ser tratada naturalmente no ano de 2016.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Porque o tempo de que disponho está a terminar, vou colocar-lhe já várias questões.

É ou não verdade que o relatório da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos referente ao terceiro trimestre de 2014 apontava para desvios na previsão do plano de capital, para o aumento de imparidades e de provisões?

É ou não verdade que o relatório da Comissão de Auditoria referente ao quarto trimestre de 2014 dizia que o capital da Caixa se tinha deteriorado em 869 milhões de euros e mostrava uma degradação significativa de capital entre o terceiro e o quarto trimestres?

É ou não verdade que, perante estas informações da maior relevância, nunca foi solicitada nenhuma auditoria por parte do Ministério das Finanças?

É ou não verdade que no final de 2014, quando a Caixa não começa a reembolsar os CoCo, se tornavam evidentes as dificuldades de capital do banco?

É ou não verdade que, no início de 2015, o Presidente da Caixa informava pessoalmente o Ministério das Finanças da necessidade urgente de capital?

Mais uma vez, é ou não verdade que, perante todos estes sinais, desde o terceiro trimestre de 2014 e até às eleições legislativas, o Governo não fez nada mais do ponto de vista de capital da Caixa a não ser uma crítica pública, que se conhece, do Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas: a sério?! O senhor está a perguntar-me, em 2017, quando a operação de recapitalização da Caixa ainda não aconteceu, por que é que nós não atuámos em 2014?!

Risos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares.

Peço desculpa, não sei se consegui tomar nota de todas as perguntas que o Sr. Deputado colocou, mas é assim: a questão do que foi identificado no balanço da Caixa Geral de Depósitos... Aliás, os relatórios de

acompanhamento por parte da troica, do Banco de Portugal, de todas as entidades são unânimes em afirmar que houve uma evolução muito positiva do sistema financeiro ao longo desses anos, face à situação que realmente existia em 2011. Houve também desvios relativamente ao plano — já falei aqui nisto hoje — que decorrem, em grande parte, do facto de se ter acabado por verificar que as previsões inicialmente feitas para enquadrar os planos não se materializaram. Mas, enfim, como digo, é da natureza das previsões: às vezes verificam-se, outras vezes não.

O Sr. Deputado pergunta-me se foi ou não solicitada uma auditoria por parte do Ministério das Finanças. Recordo-me que, entre outras coisas, no ano de 2014, a Caixa Geral de Depósitos foi incluída no exercício de *comprehensive assessment*, ou avaliação abrangente, que o Banco Central Europeu fez a um conjunto de bancos europeus. E nessa avaliação, que incluía também uma reavaliação da qualidade dos ativos, a Caixa Geral de Depósitos evidenciava rácios superiores aos exigidos, quer num cenário central, quer num cenário de *stress*. Este exame, esta avaliação que foi feita é, de facto, uma auditoria, conduzida pela entidade de supervisão europeia, foi feita nos mesmos termos em que o foi para muitos outros grandes bancos europeus e, portanto, pretender que não houve auditorias à Caixa Geral de Depósitos simplesmente não corresponde à verdade, porque, efetivamente, houve múltiplas auditorias que, à data, tornavam desnecessário que o Ministério das Finanças mandasse fazer outra por cima.

Ou seja, o que é que o Ministério das Finanças esperaria encontrar em 2014 que fosse diferente do que era conhecido, que tinha sido avaliado pelas entidades de supervisão nacionais e internacionais? E a verdade é que, à data, a Caixa Geral de Depósitos cumpria todos os requisitos, mesmos num cenário de *stress* — ficava acima do capital mínimo exigido — e a Caixa nunca incumpriu nenhum dos rácios de capital, muito embora, ao longo do tempo, tenham vindo a aumentar essas exigências.

Ao longo deste período de que estamos a falar, as exigências regulatórias aumentaram e a Caixa sempre cumpriu todos os rácios de capital e sempre passou em todos estes testes, estas avaliações, estas auditorias — chamemos-lhes como quisermos — que foram feitas até por entidades supranacionais, e, mais uma vez, com o acompanhamento constante do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu, da Comissão Europeia, nas avaliações trimestrais do Programa, mas também nas avaliações semestrais pós-programa, porque o processo continua. A Caixa continua a ser escrutinada na execução do seu plano pela Direção-Geral da Concorrência, por uma entidade que está nomeada para ser o *Monitoring Trustee*, a entidade que faz a avaliação da execução do programa de reestruturação e do plano de financiamento e de capital. Portanto, se há coisa que foi feita à Caixa, ao longo dos anos em que tivemos responsabilidade, foi um conjunto muito abrangente de avaliações, análises, pelas entidades mais insuspeitas.

No início de 2015 — se bem me recordo não terá sido exatamente no início, mas algures antes do verão —, tive, de facto, uma conversa com o então Presidente da Caixa Geral de Depósitos. Ele informou-me de que, previsivelmente, a Caixa poderia não ter condições — julgo até que os termos foram estes — para devolver os instrumentos híbridos, os CoCo, até junho de 2017, que é o prazo de que estamos a falar, e eu disse que, naturalmente, isso era matéria que seria avaliada a seu tempo, sendo que o tempo natural para tratar desse assunto, e que tinha antecedência mais do que suficiente, era precisamente o ano de 2016.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP queria cumprimentar a Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque.

O período em que a Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque teve responsabilidade, quer como ministra, quer como secretária de Estado, tem sido aqui abrangentemente referido pelos Srs. Deputados do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda. É interessante que hoje as questões sejam colocadas com a mesma veemência que são feitas as acusações e as insinuações quando a Sr.^a Deputada não está presente. Portanto, eu iria colocar algumas questões que foram aqui muitas vezes colocadas e que, se essas bancadas não as fazem, é importante que se faça, para fazer prova na Comissão.

A primeira questão é esta: em que página do Programa do Governo de que a Sr.^a Deputada fez parte é que estava prevista a privatização da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Como já referi anteriormente, no Programa do Governo não estava prevista a privatização da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Deputada, é verdade que no ponto 3.31. do Memorando de Entendimento, assinado por Portugal no tempo do Governo do Partido Socialista, liderado à época por José Sócrates, estava prevista a privatização da Caixa Seguros?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — É verdade, Sr. Deputado. Estava prevista, era um compromisso assumido no Memorando a privatização da área seguradora da área seguradora da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem sido também aqui muitas vezes dito que a operação de capitalização de 2012 foi, no mínimo, irresponsável e insuficiente. Sei que à época o processo era conduzido pelo Sr. Ministro das Finanças, Vítor Gaspar. A Sr.^a Deputada era, à época, Secretária de Estado do Tesouro mas o processo era conduzido pelo Gabinete do Ministro das Finanças. Em termos de preparação desta operação de capitalização, o que é que diferiu de outras que tivessem natureza análoga? Houve alguma razão de pressa, alguma razão de pressão externa, alguma razão conjuntural que fizesse com que as cautelas que normalmente são tomadas na preparação de um processo de recapitalização não tenham sido tomadas neste processo em concreto?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Tanto quanto eu acompanhei os processos, todos eles foram avaliados com o maior cuidado.

O sistema financeiro é da maior relevância para uma economia de mercado como é a nossa. Portanto, todos os processos de recapitalização dos bancos foram tratados com a maior das cautelas e com a consciência plena da importância que a estabilização do sistema financeiro tinha para a recuperação do País.

Aliás, a estabilização do sistema financeiro era um dos pilares do programa de ajustamento, portanto, foram colocados para a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos seguramente os mesmos cuidados. Não tenho o detalhe para lhe poder responder se havia mais pressa com um ou outro banco, mas atendendo a que nenhum dos bancos alguma vez incumpriu as suas obrigações regulatórias, acho que podemos afirmar com segurança que os *timings* necessários foram cumpridos, porque os bancos, todos eles, mantiveram sempre o cumprimento dos rácios exigidos por parte das entidades regulatórias durante todo o período em que estivemos no Governo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Deputada, relativamente à evolução das taxas de juro, o que estava previsto no cenário que serviu de base à elaboração do plano de reestruturação e a esta operação de recapitalização era, em alguma coisa, diferente do cenário de evolução das taxas de juro que foi utilizado para a recapitalização de outros bancos nacionais ou de outros bancos do sistema europeu?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, não tendo de memória os cenários, utilizavam-se as melhores previsões, as mais atualizadas, à data de apresentação e aprovação dos planos.

Poderá haver alguma diferença nas previsões para recapitalizações que aconteceram em momentos diferentes no tempo, o que decorre da atualização das previsões, mas foi utilizada a melhor informação disponível. Recordo-lhe que não estamos a falar de previsões do Governo, estamos a falar de previsões de uma entidade independente, o Banco de Portugal, e que

eram, em grande medida, em linha com as previsões feitas pelas entidades internacionais, o que, aliás, correspondida às expectativas não só em Portugal mas também noutros países. Portanto, não houve aqui nenhum cenário deliberadamente «enfeitado», chamemos-lhe assim, para que as necessidades de capital fossem menores. Era o cenário que se considerava a melhor previsão possível, com a informação disponível à data da elaboração e aprovação dos planos. Foi esse o critério utilizado para todos os bancos, naturalmente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Uma vez que antecipou a resposta a algumas das perguntas que eu iria fazer a seguir, sintetizaria apenas com o seguinte: o cenário macroeconómico não foi definido pela Caixa Geral de Depósitos nem pelo Governo. Era aquele que o supervisor a nível nacional, naturalmente através dos seus departamentos que tinham essa responsabilidade, desenvolvia, mas, em abono do supervisor, deve dizer-se que não era diferente das previsões que, à época, eram feitas por outras entidades, designadamente a nível europeu.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sim, Sr. Deputado. Como lhe digo, sem me recordar em detalhe das previsões macroeconómicas feitas em cada momento, devo dizer que mesmo quando para outros assuntos, nomeadamente para o Orçamento do Estado, eram feitas previsões macroeconómicas pelo próprio Ministério das Finanças, elas nunca eram desligadas de algum consenso que existia por parte das outras entidades que efetuavam previsões. Portanto, era aquilo que se previa à data com a melhor informação disponível. Aliás, nem seria possível que o Banco de Portugal

validasse um plano se tivesse como base previsões com as quais não concordasse. Seria uma perversão das regras que não faria qualquer sentido.

A Direção-Geral da Concorrência, ao fazer a avaliação dos programas, e a troica, ao fazer essa avaliação, com certeza que também nunca aceitariam que houvessem previsões macroeconómicas que procurassem, de alguma forma, retratar o que não era razoável esperar à data. Portanto, isso aplicou-se a estas operações, como se aplicou, genericamente, a todas as decisões que tivemos de tomar na altura, baseadas em previsões macroeconómicas.

Como digo, era o que se conseguia prever de melhor, à data, e não decorria de nenhum enviesamento particular de quem quer que fosse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Deputada, relativamente à classificação desta operação como auxílio de Estado, essa foi uma opção do Governo de Portugal?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, o resultado foi a classificação como auxílio de Estado.

Lembro-me de estar presente em algumas discussões internas, dentro do Ministério, em que debatemos argumentos e defendemos que não deveria ser considerado um auxílio de Estado. Mas, mais uma vez, não participei nas discussões que tiveram lugar entre o Governo português e a Direção-Geral da Concorrência e, portanto, não estou em condições de explicar o detalhe dessa discussão aos Srs. Deputados. No entanto, lembro-me de participar em discussões em que, internamente, carreávamos para a discussão um conjunto de argumentos para que a operação não fosse considerada auxílio de Estado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Ministro das Finanças — penso que na primeira vez que esteve no Parlamento para falar sobre a situação da Caixa Geral de Depósitos depois de ter a responsabilidade do Ministério das Finanças — falou do plano de reestruturação de 2013, conexo à operação de recapitalização, falando de um desvio no plano de 3000 milhões de euros. O que pergunto é se, tendo acompanhado a execução do plano, está em condições, de alguma forma, de poder confirmar aquilo que o Sr. Ministro das Finanças aqui referiu, no Parlamento.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, aquilo que era o desvio face ao plano original é, essencialmente, o que resulta da evolução, em particular das taxas de juro, ter sido profundamente diferente do que se esperava na altura.

O que se perspectivava era uma subida gradual mas significativa e num prazo relativamente curto das taxas de juro na Europa. Aquilo que aconteceu, como todos sabemos, é que elas não só continuam muito baixas — as taxas de juro da Europa e não, infelizmente, as da nossa dívida pública, mas as outras taxas de juro que têm relevância para o que estou a dizer agora — como tiveram um impacto muitíssimo significativo no plano então feito.

O plano de reestruturação feito na altura foi sendo revisto, ao longo do tempo, para fazer face a uma materialização diferente da que tinha sido a previsão. Agora, classificar como irrealista ou dizer que há um desvio no plano face ao que era originalmente, temos de perceber de onde veio esse desvio, se foi ou não da atuação da Caixa Geral de Depósitos ou se foi da evolução de circunstâncias de mercado, em que a Caixa é passiva...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mas o acionista não é!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — ... e nada podia fazer, naturalmente, para alterar o comportamento das taxas de juro na Europa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A Sr.^a Deputada disse, e é normal, que o plano foi sendo ajustado ao longo do tempo. Como é que se processou a interação entre o acionista Estado e a equipa de gestão, relativamente a esta matéria?

Obviamente que tendo sido definido um plano de reestruturação com o acionista, estando a equipa de gestão a executar esse plano de reestruturação e confrontando-se com um cenário sensivelmente diferente do que tinha sido estabelecido, com consequências inevitáveis para a sustentabilidade desse plano, qual foi a postura do Governo enquanto representante do acionista — acompanhando ou não essa situação, propondo ou não alterações, acolhendo ou não sugestões por parte da equipa de gestão — e qual foi a postura da equipa de gestão?

Houve, em algum momento, por parte da equipa de gestão a manifestação de que essa situação de diferença entre aquilo que tinha sido projetado e aquilo que estava efetivamente a acontecer punha em causa a sustentabilidade do exercício em qualquer um dos anos, punha em causa o cumprimento das obrigações regulatórias a que a Caixa estava sujeita?

Por outro lado, em algum momento, o Governo, enquanto representante do acionista, achou que, apesar de haver alterações, era exigível à equipa de gestão uma maior competência no que era o lidar com o problema e encontrar soluções para manter o banco dentro daquilo que seria uma linha suficientemente sustentável, apesar de diferente do que tinha sido planeado?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, como todos sabemos, a Caixa Geral de Depósitos nunca incumpriu nenhuma das obrigações regulatórias. Isso é absolutamente factual — nunca incumpriu!

O acompanhamento era feito em permanência, até porque, como os Srs. Deputados sabem, a relação entre a Direção-Geral da Concorrência e a Caixa Geral de Depósitos é intermediada pelo Ministério das Finanças, ou seja, o Ministério das Finanças é que é o interlocutor da Direção-Geral da Concorrência para todos os processos desta natureza. Portanto, toda a informação também passava por essa via.

Mas, para além disso, havia reuniões regulares com a administração da Caixa Geral de Depósitos, que foram feitas pelo meu antecessor e por mim e pela minha equipa, em função da delegação de competências, havia um acompanhamento permanente da atividade da Caixa Geral de Depósitos em que as preocupações que surgiam em cada momento eram suscitadas.

Há imensas questões de pormenor que vão surgindo ao longo desta matéria, relacionadas, até, com a atividade internacional, com a presença da Caixa em outros mercados, com o apoio dado às empresas, com a carta de missão, e o seu cumprimento, que o Governo anterior colocou à Caixa como sendo definidora do seu enquadramento e dos seus objetivos estratégicos, mas nunca, em nenhum momento, esteve em causa o cumprimento de obrigações regulatórias.

Em 2015, foi sinalizada a possibilidade ou a probabilidade de, até 2017 — portanto, ainda nem sequer chegámos hoje a esse momento —, haver necessidade de algum reforço de capital, mas nunca em todo este percurso que, entretanto, teve lugar houve o incumprimento de qualquer rácio nem nunca esteve em causa a sustentabilidade da Caixa Geral de Depósitos. Aliás, todas as avaliações que foram feitas, quer no âmbito do programa de ajustamento, quer no acompanhamento pós-programa, quer por parte do

Banco de Portugal, todas essas avaliações são unânimes em reconhecer os muitos progressos que foram feitos.

Se o Sr. Deputado me pergunta se nós, em 2015, deixámos todos os problemas do País resolvidos, não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso sei que não!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Quem dera! Precisávamos de ter tido mais tempo, mas, de facto, resolvemos muitos problemas, muita coisa melhorou;...

O Sr. **João Galamba** (PS): — O BANIF estava ótimo!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — ... porém, o trabalho do Estado é, naturalmente, um trabalho em *continuum* e, portanto, há sempre um conjunto de temas que têm de continuar a ser acompanhados, mas nunca colocámos a situação da Caixa Geral de Depósitos em perigo, correndo o risco de incumprir algumas das suas obrigações. Isso nunca, em momento algum, se verificou.

Julgo ter respondido à questão do Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Deputada, há pouco fui injusto com o Sr. Deputado Moisés Ferreira sobre a veemência e a abrangência das questões.

Efetivamente, o Sr. Deputado Moisés Ferreira questionou-a sobre uma matéria que tem referido aqui várias vezes, que é a do custo da operação relativa aos CoCo, à parte da capitalização que foi feita por CoCo.

Relativamente a esse custo e ao prejuízo — como foi até referido —, perguntava, em primeiro lugar, se esse custo ou prejuízo tinha, do outro lado, uma receita ou um benefício para o Estado. Portanto, aquilo que poderá ser, aos olhos de alguns, considerado como um prejuízo da Caixa, não poderá deixar de ser considerado, por outro lado, um benefício para o Estado? Essa operação fazia-se toda dentro do setor público.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — É verdade, Sr. Deputado. Não só os juros dos CoCo pagos pela Caixa como os juros dos CoCo pagos por todos os bancos que foram objeto de recapitalização.

Como digo, a definição das taxas foi feita pela Direção-Geral da Concorrência. Do que me recordo, na altura entendemos que as taxas de juro eram demasiado elevadas, mas foram uma imposição da Direção-Geral da Concorrência inerente aos processos de auxílios de Estado, e, portanto, foram esses os juros que foram pagos em todos os processos de recapitalização, e, de facto, entravam como receita no Orçamento do Estado.

No caso da Caixa Geral de Depósitos, era uma entidade do setor público que pagava ao Estado; no caso dos outros bancos que foram recapitalizados, eram essas entidades privadas que pagavam ao Estado, mas a receita dos CoCo constituiu receita orçamental, com impacto no Orçamento de cada ano, porque o subscritor desses títulos, o investidor desses títulos, chamemos-lhe assim, era o próprio Estado. Portanto, naturalmente, recebia a remuneração inerente a esse investimento. Ainda que não tenha sido o Estado a decidir que remuneração é que deveria ser, foi seguindo as regras.

Chamo também a atenção do seguinte: as regras que foram definidas para Portugal não foram uma extravagância do nosso País. Aquilo que foi a intervenção estatal em vários países da área do euro, em vários países da Europa, foi tratada pela Direção-Geral da Concorrência em moldes muito

semelhantes. Portanto, o modelo que foi aplicado a Portugal foi, nas suas linhas gerais, o mesmo modelo aplicado também aos sistemas financeiros dos outros países em que se fez esse tipo de ações ao mesmo tempo, porque, obviamente, quando as operações foram feitas em momentos diferentes, apanharam enquadramentos e regras diferentes.

Em cada altura, aquilo que era feito, era-o da mesma forma para os vários países. Quando acontecia em momentos diferentes, refletia, digamos, o estado da arte. Talvez quem não acompanhou com tanta atenção não tenha muito essa ideia, mas as alterações em matéria de acompanhamento do sistema financeiro desde 2010/2011, até talvez um pouco antes, são de uma magnitude que é difícil apreender. São alterações profundíssimas a nível mundial, não só a nível europeu, mas são alterações profundíssimas.

Isto é importante e faço este enquadramento porque tendemos a olhar para os acontecimentos passados com os olhos e com a informação que temos hoje e isso, naturalmente, induz-nos a todos em erro.

Portanto, queria mais uma vez chamar a atenção de que aquilo que era o enquadramento das decisões, das determinações, do que ia acontecendo, era o enquadramento da altura e é em função desse enquadramento que deve ser avaliado e não daquilo que sabemos hoje, que é, obviamente, mais fácil de perceber depois de as coisas acontecerem do que antes.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Deputada, se em alternativa — e podendo optar-se — se optasse por uma emissão obrigacionista como a que está prevista na recapitalização que o atual Governo pretende fazer, havia alguma garantia de que, do ponto de vista da Caixa Geral de Depósitos, uma operação desse género iria ser menos onerosa, exatamente com os critérios da data, com aquilo que era, por

exemplo, a evolução, ainda, da nossa economia e a evolução dos juros em mercado secundário?

Já agora, pergunto se considera que, numa emissão obrigacionista a privados, a evolução dos juros da dívida pública é ou não relevante para o custo que esse tipo de operação pode vir a ter?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, recordo que, à data, o Estado português não tinha acesso a mercado, os bancos portugueses não tinham acesso a mercado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — E continuaram a não ter!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Aliás, foi por isso que tivemos de pedir um programa de ajustamento, foi por isso que tivemos de pedir um programa de assistência financeira, porque deixámos de conseguir financiarmo-nos no mercado.

Só conseguimos recuperar esse acesso ao mercado, só conseguimos cessar a dependência dos credores oficiais, do Fundo Monetário Internacional e dos nossos parceiros europeus, quando conseguimos executar o programa de ajustamento e reconquistar a confiança e a credibilidade. Só assim conseguimos que os mercados financeiros voltassem a emprestar dinheiro ao País e voltassem a emprestar dinheiro aos nossos bancos.

Aliás, ainda antes do programa de ajustamento, foi aprovada, aqui, neste Parlamento, uma iniciativa que ficou conhecida como IREF — Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira, que permitia que o Estado desse garantias às emissões de dívida pelos bancos, precisamente porque ainda antes de o País se ver na situação de bancarrota e sem acesso ao mercado, os bancos já tinham perdido essa capacidade, também enquadrada nas regras europeias da altura.

Portanto, quando me coloca a questão se seria possível ter feito uma emissão em 2012, diria que em 2012 não havia acesso a mercado. O próprio Estado português não conseguia fazer emissões no mercado a não ser os bilhetes do Tesouro, mas, enfim, até na situação mais dramática, que foi a da Grécia, os títulos de dívida pública de muito curto prazo sempre foram emitidos e sempre tiveram mercado, digamos assim. Não tínhamos outro acesso a mercado.

Mas naturalmente que os custos da dívida do sistema financeiro estão profundamente ligados aos juros da dívida pública, porque o sistema financeiro tem uma relação fortíssima e biunívoca com a evolução da economia, que também está refletida nos juros da dívida pública.

Quanto mais altos são os juros da dívida pública, mais cara é a emissão de dívida para os bancos — e não só mais cara, mas mais difícil. Ou seja, os bancos pagam um prémio sobre esse valor, a menos, claro, que estejamos a falar de bancos que tenham uma dispersão geográfica de tal forma que não dependam das suas atividades no país onde estão sediados. Mas os bancos portugueses, essencialmente, operam em Portugal.

Portanto, aquilo que acontece à dívida pública é o reflexo da visão dos investidores relativamente à economia nacional e os bancos naturalmente que também refletem isso.

Mas, já agora, Sr. Deputado, a propósito da questão dos juros da dívida pública e dos bancos, quando os juros da dívida pública aumentam isso consome capital dos bancos. Os bancos têm, nas suas carteiras, dívida pública que compraram e de cada vez que a taxa de juro sobe, o preço do ativo baixo, portanto, o ativo dos bancos perde valor e, ao perdê-lo, consome capital e reduz a sua capacidade de financiar a economia, de emprestar dinheiro às pequenas e médias empresas e precisa ainda de mais capital. A ligação não podia ser mais forte e mais umbilical. É, de facto, o mais estreita possível.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputada, tenho o meu tempo a terminar mas tenho aqui outra acusação que foi feita e que era importante esclarecer, que diz respeito à ocultação.

No final do ano passado, surgiram notícias que fizeram com que alguns partidos deste Parlamento acusassem o Governo anterior de ocultar matéria relevante relativa à Caixa Geral de Depósitos.

A primeira acusação teve a ver com o Tribunal de Contas e com o relatório de auditoria sobre o setor empresarial do Estado, 2013-2015. Segundo esse relatório, houve falta de controlo pelo Estado relativamente à Caixa Geral de Depósitos. O que pergunto é se houve efetivamente essa falta de controlo e, relativamente àquilo que depois foi desenvolvido, em que termos é que a IGF poderia ter feito esse controlo que o Tribunal de Contas acusa de não ter existido.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, diria que a Caixa Geral de Depósitos e, aliás, o sistema financeiro em geral é hoje mais escrutinado, mais avaliado, mais transparente do que alguma vez foi no passado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Isso só vale às vezes!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Toda a regulação tem evoluído nesse sentido.

Basta consultar o *site* da Caixa Geral de Depósitos para ver como tem aumentado a produção de relatórios, como esses relatórios são divulgados, incluindo os que têm a ver com a disciplina de mercado, com a forma como

alteram as suas regras de *governance*, com a forma como os critérios de concessão de crédito são escrutinados, avaliados.

A atuação do sistema financeiro, por razões que são sobejamente conhecidas, é hoje muito mais escrutinada do que alguma vez foi no passado. Acresce, no caso da Caixa Geral de Depósitos, todas as camadas de escrutínio adicionais que decorrem do facto de ter sido objeto de uma recapitalização pública e que é feita pela Direção-Geral de Concorrência, pelo BCE, pelo Mecanismo Único de Supervisão, enfim, pelo Banco de Portugal, que reporta ao BCE, que é o responsável pela supervisão direta dos bancos, mas também pelo Fundo Monetário Internacional. Até o Mecanismo Europeu de Estabilidade participa nas missões que decorrem da avaliação pós-programa — começou ainda durante o Programa — e tem acesso a essa informação.

Há um total escrutínio e controlo e há, naturalmente, também, os auditores internos, os auditores externos, a Comissão de Auditoria. Todas estas entidades têm acesso à informação relevante e necessária e pronunciam-se sobre a mesma.

O Estado, enquanto acionista da Caixa Geral de Depósitos, tem acesso a todas estas avaliações e tem toda a informação, que é, aliás, em grande parte, recentemente — como digo, no passado, não foi sempre assim —, fruto das nossas exigências regulatórias, mais transparente, completa, abrangente do que alguma vez foi.

Quanto à questão da falta de controlo, se me permite, Sr. Deputado, fazia aqui um enquadramento: a alteração das regras de controlo do setor empresarial do Estado decorre de uma iniciativa do Governo anterior, do PSD/CDS.

Houve uma grande preocupação em aumentar o acompanhamento e o controlo do setor empresarial do Estado, mas muita dessa preocupação tinha a ver, exatamente, com aquele conjunto de entidades do setor empresarial do

Estado que, não estando no setor financeiro, não tinham este escrutínio acrescido e este conjunto de entidades a fazer avaliações. Portanto, era também preciso que essas entidades fossem devidamente avaliadas, escrutinadas, que fizessem os reportes que tinham de fazer.

É um processo de grande complexidade e, julgo que o próprio Tribunal de Contas reconhece isso, demora algum tempo até que os serviços da administração que têm essa responsabilidade tenham capacidade para entrar, chamemos-lhe, numa velocidade de cruzeiro para fazer todo esse acompanhamento, mas ele é particularmente relevante para o setor não financeiro. Isto porque o setor financeiro, pela sua natureza e pelas circunstâncias que já aqui referi várias vezes, é, ele próprio, muitíssimo escrutinado.

A Inspeção-Geral de Finanças, do ponto de vista formal, não tem competência para escrutinar as empresas públicas do setor financeiro, apenas as do setor não financeiro. O Tribunal de Contas recebe todos os anos as contas, os relatórios e contas anuais, de todas as entidades públicas que têm de lhas remeter e, tanto quanto sei, tem um departamento que faz a avaliação desses relatórios. Portanto, o próprio Tribunal de Contas recebe diretamente essa informação e, como digo, tanto quanto sei, faz o seu escrutínio no âmbito das suas competências.

Mas, para que não fique aqui nenhuma suspeita ou dúvida, diria que não houve em nenhum momento qualquer falta de controlo, porque se analisarmos aquilo que aconteceu, de facto — que é público, é conhecido e está publicado —, é um argumento que não colhe. Em substância, o argumento não colhe, porque a atividade da Caixa Geral de Depósitos, para além de reportar ao acionista através dos relatórios trimestrais e do relatório anual, com auditores internos, com auditores externos, com Comissão de Auditoria, está sujeita a um *Monitoring Trustee* no âmbito do plano de reestruturação à avaliação da Direção-Geral de Concorrência, do Banco

Central Europeu, do Mecanismo Único de Supervisão, do FMI, da Comissão Europeia, do Mecanismo Europeu de Estabilidade e, provavelmente, ainda me estou a esquecer de alguém, porque são muitos.

De facto, há um escrutínio mais apertado, mais completo, mais abrangente do que alguma vez aconteceu. Não houve ocultação e não houve nenhuma falta de controlo por parte do acionista. O acionista tem toda esta informação e, portanto, tem acesso, acompanha e avalia tudo aquilo que a Caixa Geral de Depósitos faz, mais ainda, naturalmente, do que aquilo que acontece com outros bancos, ainda que todos aqueles que ainda estão ao abrigo de um plano de reestruturação, na sequência das operações de reestruturação, também tenham obrigações de escrutínio e de transparência acrescidas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, para terminar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, para terminar, Sr.^a Deputada, obviamente que o Tribunal de Contas não ignora nada disso. Como é que não ignorando nada disso, pode escrever o que escreveu num relatório?

É possível que o Tribunal de Contas escreva num relatório, por exemplo, que uma entidade tem uma competência que efetivamente não tem? Isso seria interessante saber para podermos avaliar estes relatórios.

Por fim, e mesmo para terminar, sobre a IGF houve outra notícia, e tenho aqui um dos títulos: «Governo de Passos meteu imparidades na gaveta». Isto dizia respeito a uma suposta ocultação, mais uma. Neste caso não era a Sr.^a Deputada, enquanto Ministra, seria outro colega nosso enquanto Secretário de Estado do Tesouro, o Sr. Deputado Manuel Rodrigues, que teria recebido informação da IGF e que teria estado seis meses com essa informação que as notícias davam a entender, e a oposição

amplificou, como sendo altamente sensível, que poderia determinar uma alteração substancial na atuação do acionista junto do banco ou a percepção pública sobre a situação do banco. Pergunto se efetivamente aconteceu essa ocultação e se aconteceu até às vésperas das eleições por alguma estratégia eleitoralista.

Já agora, pergunto qual era o objetivo eleitoral que pretendia alcançar e como é que, apesar de tudo isso, aceitou, depois das eleições, ser Ministra das Finanças, sabendo que, afinal, tinha deixado uma bomba-relógio que lhe ia explodir nas mãos.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, sobre essa questão, que, de facto, teve algum eco, naturalmente, como fazem todos os Ministros, tinha um conjunto de competências delegadas nos meus Secretários de Estado, incluindo no Sr. Secretário de Estado das Finanças, e não acompanhava no dia a dia aquilo que ele estava a fazer — nem ele, nem os outros, é para isso que se delegam competências, é para que cada um, depois, fique com a responsabilidade das matérias —, mas em todas as decisões que foram tomadas pelo Sr. Secretário de Estado não tenho razão absolutamente alguma para achar que atuou com menos diligência do que o que devia fazer.

A análise da Inspeção-Geral de Finanças que refere e que se teria só despachado seis meses depois, relativa, se bem me recordo, a um terceiro ou quarto trimestre de um ano, chegou ao Ministério das Finanças já depois de terem sido remetidas ao acionista as contas anuais auditadas e com o parecer do auditor externo e da Comissão de Auditoria.

Portanto, a informação simplesmente estava ultrapassada, não tinha relevância. Digamos que não havia nada para despachar, porque não continha nada que não tivesse sido ultrapassado por desenvolvimentos posteriores.

Aquilo que foi remetido ao acionista nas contas de 2014, no caso, era informação mais atualizada, mais completa e já auditada sobre a mesma matéria e o mesmo período. Não houve ocultação de coisa nenhuma. Foi um processo que, como não acrescentou nada, depois, suponho que se fez aquilo que se faz a todos os papéis quando não têm seguimento razoável, ou seja, arquivam-se. Faz parte!

Mas, como digo, essa informação não acrescentava nada e até já tinha sido tornada desatualizada por informação posterior que foi recebida, com todos os controlos, auditorias, pareceres que fazem parte das exigências legais relativamente a esta matéria.

Julgo que terei respondido a tudo.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, ao Grupo Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar a Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque e perguntar-lhe se o plano de reestruturação que foi assinado, ou melhor, enviado pelo Governo que integrava, primeiro, enquanto Secretária de Estado do Tesouro e, depois, enquanto Ministra de Estado e das Finanças, foi cumprido nos termos e nos prazos em que estava definido, enquanto foi responsável desse Governo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, se me está a perguntar se foi cumprida a versão original, diria que o plano foi sendo revisto para se adaptar às circunstâncias. Houve muitos dos objetivos que foram cumpridos como previsto, outros foram até cumpridos melhor do que estava previsto e outros ficaram aquém.

Mas, à medida que foi evoluindo, que foi passando o tempo, houve revisões do plano para refletir a realidade e isso não aconteceu apenas para

a Caixa Geral de Depósitos. É um processo normal em todos os processos de recapitalização dos bancos.

Aliás, é até um processo normal mesmo quando essas recapitalizações não passam pelo Estado, porque um plano que se faz para um horizonte de cinco anos é um plano que não pode ficar estático e imutável atendendo ao conjunto de fatores que o influenciam materialmente e que estão completamente fora da capacidade de controlo de quem o executa.

Portanto, muitos dos objetivos foram cumpridos, outros não foram, até porque não foi objetivamente possível, dado que não se materializaram as circunstâncias que estavam originalmente previstas, mas é um processo dinâmico de revisão do plano para fazer face à realidade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Deputada, o único plano... Não sei quantas revisões teve, os Deputados, como sabe, não acompanham a correspondência entre os governos e a Direção-Geral da Concorrência e, portanto, não sabemos quantos planos houve nem que adaptações houve. O que está escrito e o que tem o compromisso do Governo é o que está disponível pela DGComp para quem quiser consultar. Portanto, presumo que já seja a versão mais atual.

De qualquer das formas, não sendo cumprido este plano, qual era a consequência? O Governo diz: «nós requeremos uma autorização da DGComp da Comissão Europeia para proceder a uma capitalização nestes termos e comprometemo-nos, em contrapartida, a realizar um conjunto de tarefas no banco». Não cumprindo, qual é o resultado disso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, só uma correção. De facto, o plano que foi publicado foi aquele que foi aprovado originalmente, *ab initio*, pela Direção-Geral da Concorrência.

Não lhe sei precisar quantas revisões esse plano teve ao longo do tempo, mas terá tido mais de uma dezena. E não estou a falar apenas da Caixa Geral de Depósitos; estou a falar da generalidade dos bancos, pelas razões que já hoje, aqui, foram amplamente referidas de uma materialização muito diferente daquele que era o plano original.

Mas tudo isso, todas essas revisões foram acompanhadas, naturalmente, pela Direcção-Geral da Concorrência, porque a Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia acompanha também a execução do plano, recebe informação sobre a sua execução e as autoridades nacionais discutem com a Direcção-Geral da Concorrência essas necessidades de atualização, apresentam os resultados e discute-se com a Direcção-Geral da Concorrência por que é que determinado aspeto foi cumprido, por que é que outro não foi cumprido.

Portanto, esta relação é dinâmica e os compromissos... No essencial, o «compromisso chapéu» é que, ao final de cinco anos, o processo possa ser encerrado com a devolução, no caso, dos instrumentos híbridos, que eram como um empréstimo do Estado.

Ao longo destes cinco anos, havia um conjunto de restrições à atividade da Caixa, no sentido de não distorcer a concorrência de mercado, e também um conjunto de compromissos para um plano de cinco anos que vigoraria ou, melhor, que vigora, tanto quanto sei — acho que não há outro plano em vigor —, ainda durante este ano de 2017.

Portanto, os compromissos assumidos são nesta linha, mas, como digo, com este chapéu global de que tem de estar tudo resolvido ao fim de cinco anos, tem de estar tudo tratado e encerrado ao fim de cinco anos, há toda uma relação dinâmica e constante para ir refletindo a realidade naquele

que é o plano, porque não faria sentido que alguém exigisse o cumprimento de determinadas metas quando a realidade as tornou manifestamente impossíveis e sobre matérias que não estão, de todo, sob o controlo da entidade que está a ser escrutinada, no caso a Caixa Geral de Depósitos, ou, em muitos casos, até o próprio Governo português.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Em primeiro lugar, o plano foi aprovado pela DGComp mais de um ano depois de ter sido apresentado, cerca de um ano depois, e logo nesse ano começaram a verificar-se incompatibilidades entre as provisões e o plano.

O que está a dizer-nos é que não há nenhuma forma, ou, melhor, que o valor do ato administrativo por escrito, passível de escrutínio, passível de ser sindicado pelas entidades democráticas, pelas populações, pelas inspeções, neste caso, é absolutamente nulo, porque este plano é apresentado à DG Comp, que o aprova e, depois, vai-se falando ao telefone de vez em quando, vai-se adaptando o plano. Como é que escrutinamos isso? Como é que nós, e não digo apenas uma comissão de inquérito mas os Deputados, a Assembleia da República escrutina essas conversas, essas adaptações? Isso é tudo normal?!

Isto, que é um compromisso assumido pelo Estado com a DGComp, é divulgado e serve como compromisso também para os portugueses e para todos aqueles que se interessem e, depois, vem a ex-Ministra das Finanças ao Parlamento dizer: «não, isso foi uma coisa que foi aprovada mas, depois, isso foi revisto umas poucas de vezes e, pronto...» É que, materialmente, não temos como escutinar isso. E, como a Sr.^a Deputada sabe, não é fácil telefonar para a DGComp e pedir documentos. Aliás, durante o seu mandato, era igualmente difícil pedi-los ao Ministério das Finanças.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Antes ainda de a questionar sobre o plano, gostava de lhe perguntar por que é que não liquidaram o empréstimo BPN. Tinham-se comprometido em fazê-lo – aliás, num prazo até bastante curto – e eu pergunto: por que é que não foi liquidado?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, se me permite, acho que a questão que coloca do escrutínio é particularmente relevante e, estando nós numa Comissão de Inquérito e sendo nós todos Deputados no Parlamento, parece-me uma questão da maior relevância. De facto, somos todos acionistas da Caixa Geral de Depósitos e o escrutínio daquilo que aí se passa, das decisões tomadas na Caixa Geral de Depósitos, pela Caixa Geral de Depósitos e pelo seu acionista podem e devem ser escrutinadas pelos Deputados, todos, e eu incluída – hoje, estou aqui a ser ouvida na qualidade de ex-Ministra das Finanças mas a minha função atual é ser Deputada da oposição e, portanto, também tenho muito interesse em fazer esse escrutínio.

Portanto, quero dizer ao Sr. Deputado que esse escrutínio nunca foi dificultado, enquanto eu fui Ministra das Finanças, relativamente à Caixa Geral de Depósitos e as dificuldades que encontramos no escrutínio são, agora, em que nos dizem que não pode ser escrutinada uma coisa que está em curso e que não se pode saber...

Mas eu concordo com o Sr. Deputado: esse escrutínio deve ser total e essa informação deve ser remetida aos Srs. Deputados.

Sobre a questão que coloca em relação ao porquê de os empréstimos do BPN não terem sido, na altura, liquidados, estou a fazer um esforço de memória relativamente a essa matéria. Sei que houve discussões com a Caixa

Geral de Depósitos e discussões com a troica – e o processo do BPN eu acompanhei diretamente – no sentido de diferir esses reembolsos, mas, na verdade, a Caixa Geral de Depósitos tem, relativamente a esses financiamentos, uma taxa de juro que é mais do que razoável para o risco de que estamos a falar e a Caixa Geral de Depósitos não teve, no tempo em que estivemos no Governo, um problema de liquidez.

Portanto, presumir que a devolução dos empréstimos ao BPN que têm garantia de Estado pudesse, de alguma forma, ter contribuído para que a Caixa tivesse mais recursos disponíveis para outra finalidade — não sei se era essa a intenção da pergunta do Sr. Deputado —, tenho de lhe dizer que não corresponde à verdade. Aliás, a Caixa, daquilo de que se queixou – como outros bancos no sistema –, foi até da falta de procura de crédito, de crédito de qualidade, da falta de projetos de investimento em que fosse razoável investir e não de falta de liquidez para investir.

Essa matéria – e eu estou a responder de memória, pois já não olho para esse tema há muito tempo – foi discutida, foi aceite por parte da troica que esse reembolso não fosse feito de imediato, mas os juros foram sempre pagos e não foi, em nenhum momento, por nenhuma entidade, colocada a questão de que esse dinheiro faria falta à Caixa para ter aplicações alternativas e que não podia, por exemplo, emprestar às pequenas e médias empresas porque ainda não tinha recebido.

Esta questão nunca se colocou e, portanto, não há nenhum prejuízo causado à Caixa Geral de Depósitos por esse facto. Do que me recordo, de memória, é isto, mas, seguramente, como digo – e isso tenho a certeza e posso afirmá-lo –, não houve nenhum prejuízo para a Caixa Geral de Depósitos pelo adiamento neste processo, até porque está garantido pelo Estado e não há o risco de incumprimento nesta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Deputada, em primeiro lugar, o seu Governo nunca enviou um único plano de reestruturação à Assembleia da República, até porque ele é um instrumento de comunicação entre o Governo e a DGComp.

Mas sobre outra questão, a Sr.^a Deputada, às vezes, parece dominar muito bem os assuntos e outras vezes parece fingir que não domina nada. Sr.^a Deputada, eu não lhe pedi comentários sobre a utilidade do crédito BPN no balanço da Caixa, perguntei-lhe por que é que não foi pago.

E posso explicar-lhe qual é a minha preocupação: em primeiro lugar, porque foi o seu Governo que se comprometeu em pagar, em liquidar esse crédito e não liquidou, tanto quanto sabemos nem sequer parcialmente; em segundo lugar, porque tem uma garantia de Estado que pesa nos juros da nossa dívida pública. Ou acha que atravessarmo-nos por bancos falidos não aumenta o risco da dívida?! Aliás, integra o risco da dívida e faz parte do cálculo do risco da dívida.

E, Sr.^a Deputada, o banco continua muito alavancado e esse é um dos diagnósticos que o seu plano de reestruturação, aquele que o seu Governo aprovou, faz, e era preciso desalavancar.

Ora, o empréstimo do BPN corresponde a qualquer coisa que pode ascender a 5000 milhões de euros. É como é descrito no plano e nós não temos o detalhe sobre esse empréstimo, mas dizem que pode chegar a um total de 4500 milhões de euros e ter ainda outras componentes de mais alguns milhões de euros. Portanto, pesa no banco e, ainda por cima, é o Estado que está a pagar esses juros, pelo que era de todo o interesse para todas as partes tentarmos perceber exatamente como é que se vai resolver essa questão.

E, já agora, repito a pergunta: por que é que não pagou?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, estava a tentar lembrar-me de qual a maturidade dos empréstimos, pois, eventualmente, pode algum até já ter sido liquidado. Aliás, esta é uma matéria que é fácil de consultar, pois as garantias de Estado são objeto de um relatório da Direção-Geral do Tesouro e Finanças que é publicado no *site* dessa direção-geral, e, portanto, será relativamente fácil identificar quais é que ainda estão vivas e quais é que não estão. De memória, confesso-lhe, não me recordo.

Aquilo que foi feito foi um plano que tinha a ver também com a gestão de liquidez do Estado. Quando o Sr. Deputado diz que estas garantias são dadas a um banco falido, devo recordar-lhe que estas garantias foram concedidas, antes do tempo do nosso Governo, a três sociedades-veículo que foram criadas na sequência da nacionalização do BPN, que também ocorreu antes do tempo do Governo de que eu fiz parte. Portanto, quer as garantias quer os veículos que são hoje detentores desses empréstimos são decisões que ocorreram antes do nosso Governo. Isto só para balizarmos aqui quais são as responsabilidades que cabem a cada um.

A Caixa estava, de facto, muito alavancada, como de resto a generalidade dos bancos, mas isso já não é verdade hoje, Sr. Deputado. Uma das coisas que evoluiu muito favoravelmente foi, precisamente, o rácio de alavancagem, e evoluiu muito favoravelmente para a Caixa como evoluiu para os restantes bancos do sistema.

Portanto, quanto à questão identificada à data... E isto é informação pública, é informação que consta dos relatórios e contas da Caixa publicados no *site*, mas também de inúmeros estudos do Banco de Portugal, onde se pode verificar que a evolução do rácio de alavancagem, ou seja, a relação entre os créditos e os depósitos – enfim, é mais complexo do que isto, mas, genericamente, pode dizer-se assim – teve uma evolução muito positiva, que, aliás, foi até conseguida mais rapidamente do que aquilo que eram as exigências constantes das primeiras discussões no âmbito da execução do

programa de ajustamento. Portanto, não há aqui um prejuízo para a Caixa resultante desta matéria.

Houve uma gestão da liquidez do Estado, que, mais uma vez e já o disse aqui hoje, tinha fortíssimas restrições durante a execução do programa de ajustamento, que levou a que esse reembolso não fosse feito de imediato, mas isso também foi, na altura, discutido com o supervisor e com as várias entidades que escrutinavam esta matéria.

Estas garantias ficaram nos veículos que foram criados ainda no tempo do Governo que antecedeu aquele de que eu fiz parte – e estou a falar da Parvalorem, da Parups e da Parparticipadas – e não no BPN, para não se pensar que são garantias de um banco falido. Não são! São veículos que fazem parte do perímetro do Estado que resultam da falência de um banco, mas as entidades em si mesmas fazem parte do perímetro do Estado e, portanto, ao correspondem a esse conceito de entidades falidas. Isto para que não haja aqui mal entendidos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mais do que falidas!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — As responsabilidades contingentes do Estado, nomeadamente as garantias, são conhecidas e são publicadas.

Sr. Deputado, no campo da especulação podemos todos dizer muitas coisas, mas pretender que a subida dos juros da dívida pública se possa, de alguma forma, dever às garantias das chamadas sociedades pares ainda não terem pago à Caixa Geral de Depósitos parece-me, se me perdoar a palavra, rebuscado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Deputada, qualquer garantia do Estado, dada seja a quem for, conta, evidentemente, nos juros da dívida. É evidente que não estou a dizer que toda a dinâmica dos juros da dívida se deve à Parups e à Parvalorem, mas claro que todas as garantias dadas pelo Estado, seja a que entidade financeira for, pesam nos juros da dívida. Aliás, do ponto de vista dos mercados — nome que gostam tanto de lhes dar —, as garantias bancárias, garantias atribuídas a instituições financeiras, são consideradas dívida pública; só não o são do ponto de vista estatístico para o cálculo europeu, mas são-no do ponto de vista do mercado.

Sr.^a Deputada, depois ainda vou voltar atrás no tempo, mas também gostava de lhe fazer uma pergunta que tem a ver com umas declarações que o Primeiro-Ministro Passos Coelho fez — e fê-las publicamente — já em 2015, se não estou em erro, sobre as preocupações que tinha em torno da Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente em torno do atraso no pagamento da ajuda pública. Queria saber, enquanto Ministra das Finanças, que acompanhamento fez da informação que chegava ao Primeiro-Ministro e como é que interveio nesta situação, tendo em conta que há um membro do Governo que vem publicamente falar sobre o interior e a estabilidade de uma instituição bancária, ainda por cima tutelada pelo próprio Governo.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, se bem me recordo...

Aliás, deixe-me só acrescentar uma informação que me chegou, para dizer que estes empréstimos estão a ser amortizados anualmente através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que é a dona — chamemos-lhe assim — da Parvalorem, da Parups e da Parparticipadas, sendo que, segundo julgo, os empréstimos estão titulados pela própria Parvalorem. Mas, só para deixarmos essa questão, os empréstimos estão a ser amortizados.

Quanto à questão que me coloca, do que me lembro, o significado das declarações — enfim, do meu ponto de vista, na minha interpretação — foi muitíssimo empolado. Julgo que foram pronunciadas no contexto de uma iniciativa que não sei muito bem como é que se chama, se é a redação aberta ou... Não sei se a designação é esta, mas a pessoa está junto dos jornalistas na redação do jornal e vai respondendo a perguntas. O que me lembro é que, na altura, terá havido uma pergunta... Sei lá, qualquer coisa do género: «Se a Caixa não puder reembolsar os CoCo, isso é uma preocupação?» — não me consigo lembrar de quais foram os termos exatos — e há uma resposta dizendo: «Sim, é uma preocupação.»

Portanto, não foi uma questão que, na altura, tivesse sido suscitada, colocada por iniciativa do então Primeiro-Ministro, que me parece ter dado uma resposta até bastante óbvia. Se a Caixa não estiver em condições de cumprir o seu plano, isso é uma preocupação? Com certeza, aliás, eu diria que é uma preocupação de todos nós. Mas isso, em si mesmo — do meu ponto de vista, mais uma vez —, não tem o significado ou o impacto que, depois, o facto de essas declarações terem sido destacadas num título de jornal fez ter. Nós sabemos todos que isso acontece muitas vezes, Sr. Deputado. A maneira como uma mensagem é transmitida dá-lhe mais ou menos peso e, por vezes, até com um desfasamento bastante significativo face àquela que é a realidade.

Estou em crer que, se o então Primeiro-Ministro tivesse alguma preocupação específica com a Caixa, me teria questionado, porque isso é que seria o normal. Portanto, ele não me colocou, por essa altura, nenhuma preocupação específica. Havia uma conversa, um reporte normal da medida a que as coisas iam evoluindo, os processos iam evoluindo, mas não tinha, nessa data, nenhuma preocupação particular que me tivesse suscitado. Como digo, há aí uma interpretação que, também ela, me parece ter sido francamente exagerada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Em setembro de 2012, já depois da proibição de distribuição de dividendos e de pagamento de qualquer tipo de dividendos, a Caixa faz um pagamento a investidores qualificados nas Caimão. A Caixa ficou obrigada a devolver esse dinheiro ao Estado, porque já estava sob ajuda do Estado e a Comissão Europeia entendeu que tinha havido um desrespeito, um *breach* nos compromissos assumidos.

Gostava de lhe perguntar porque é que a Caixa, já depois de ter sido questionada pela DGComp, vai a correr assinar um compromisso com esses credores. Portanto, depois de ter sido avisada que não podia pagar, a Caixa vai assinar um compromisso para servir de base legal para ter de pagar, faz o pagamento e tem a sanção de ter de devolver esse dinheiro ao Estado — e, tanto quanto sabemos, tê-lo-á devolvido. Aquilo que gostava de lhe perguntar é se tem conhecimento deste processo e quem eram os investidores qualificados das Caimão.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, lamento, mas, dessa interação em particular, não tenho conhecimento. Mais uma vez, isso aconteceu no âmbito do plano de recapitalização e, na data que refere, setembro de 2012, essa matéria era acompanhada diretamente pelo gabinete do então Ministro das Finanças. Portanto, não estou em condições de lhe responder com o detalhe que me solicitou.

Tenho uma ideia de haver explicações... Ou melhor, a ideia que tenho até é das respostas que o Dr. José de Matos deu aqui mesmo, nesta Comissão, quando disse que tinham explicado a situação à Direção-Geral da Concorrência, que teria aceitado os argumentos.

Quanto ao detalhe das questões que o Sr. Deputado me está a colocar, não fui eu que tratei dessa matéria diretamente e não estou em condições de lhe responder. Mais uma vez, terá de fazer o favor de colocar essas questões ao meu antecessor, porque não tenho condições de lhe poder explicar o que sucedeu nesse caso.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Deixe-me corrigi-la, porque a Comissão Europeia não aceitou os argumentos, por isso é que obrigou a Caixa a devolver o dinheiro.

Peço desculpa por ter colocado a questão à Sr.^a Deputada, mas, no despacho da sua nomeação, dizia que era responsável pelo controlo da função acionista do Estado e pela interação com as entidades europeias. Por isso é que, estando no despacho de nomeação de 2011 esta sua competência, por respeito, lhe coloquei a pergunta, não fosse perguntar a Vítor Gaspar e ele dizer-me que tinha delegado essa matéria à Sr.^a Deputada — como, aliás, escreveu.

Indo a outra questão, no âmbito deste plano de reestruturação, a Caixa comprometeu-se, ou melhor, Portugal, enquanto acionista da Caixa, comprometeu-se a assegurar a libertação do balanço da Caixa de um conjunto de ativos não nucleares, não centrais na atividade da Caixa, os *non-core*. Alguns deles são carteiras de crédito com valores assinaláveis e não sabemos qual a saúde desses créditos, mas, certamente, não será grande coisa, porque senão não eram considerados não nucleares, ou, pelo menos, não rentáveis.

A pergunta que lhe faço é se tem alguma forma de nos garantir que a empresa ou as empresas, as subsidiárias, o grupo das empresas para quem trabalha agora não intervêm na definição de perímetros, na avaliação destes

créditos. Mas não nos dê a ofensa como prova, dê-nos alguma coisa para que possamos sair daqui...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... e dizer: «Apesar da informação que a Sr.^a Deputada tem sobre o balanço da Caixa, sobre os créditos da Caixa, sobre as atividades *non-core* da Caixa, não há nenhuma forma de contribuir para que a Arrow Global ou qualquer outro tipo de empresa relacionada com a Arrow Global, do mesmo grupo, subsidiária ou com qualquer outra relação com essa empresa, possam de forma alguma usufruir dessa sabedoria e desse conhecimento da Sr.^a Deputada.»

Qual é a garantia que pode dar a esta Comissão sobre essa matéria?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, responderei com muito gosto a essa matéria. Aliás, fico bastante satisfeita que tenha puxado o assunto, mas não quero deixar pendurado um assunto que vem da questão anterior.

Queria dizer o seguinte: como eu já disse aqui de forma muito transparente e como também disse na Comissão de Inquérito ao BANIF, a matéria da recapitalização dos bancos e da interação nesse âmbito com a Direção-Geral de Concorrência foi tratada pelo gabinete do Sr. Ministro, e o Sr. Deputado sabe disso. Da delegação de competências que me foi dada na altura, em 2011, constava o acompanhamento do setor financeiro, mas eu disse sempre muito transparentemente que essa matéria foi acompanhada pelo gabinete do Sr. Ministro. E as competências são sempre dos Ministros, independentemente de estarem ou não delegadas em quem quer que seja, podem sempre ser avocadas pelos respetivos Ministros. Portanto, aceito que o Sr. Deputado me queira fazer a pergunta, mas o Sr. Deputado não me dirá

que não sabia, porque eu já disse isto hoje algumas cinco vezes e, em comissões anteriores, muitas mais. É só para que fique absolutamente esclarecido.

Quanto à questão que me colocou a seguir, Sr. Deputado, não me vai levar a mal que lhe diga que houve aqui uma confusão de critérios que não ajuda ao esclarecimento. Quando falamos de participações não *core*, estamos a falar de participações em outras empresas, como a Portugal Telecom. As participações não *core* que tinham de ser alienadas são isso, não têm nada a ver com carteiras de crédito. E, para que não haja aqui confusão, participações não são carteiras de crédito.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas eu falei em participações?! Falei em atividades *non core*!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — O Sr. Deputado falou em participações não *core*. O crédito é uma atividade *core* de qualquer banco, Sr. Deputado, é para isso que eles existem. Os bancos recolhem poupanças e concedem crédito. Dizer que há um crédito que não é uma atividade central num banco — peço desculpa — é uma coisa que não faz sentido. Essa é a razão de ser da existência dos bancos. O que é considerado não *core* são atividades fora do País. Não são os créditos, é a atividade, que é uma coisa distinta. Apenas para que fique completamente claro.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O crédito ao BPN é *non-core*!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, para que fique completamente claro...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível registar as palavras do orador.*

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Agradeço que o Sr. Deputado tenha trazido aqui a questão da Arrow Global, porque quero perguntar-lhe se o Partido Comunista mandou para o Ministério Público a participação que disse que ia mandar e o que é que aconteceu entretanto. É que isso foi anunciado pelo Partido Comunista publicamente e, desde então, não tivemos notícias. Gostaria de saber o que é que o Partido Comunista fez, se se limitou a fazer um anúncio para sair na comunicação social ou se levou o processo por diante.

Quanto à questão que me coloca, não tenho nem nunca tive informação sobre créditos da Caixa Geral de Depósitos. Nunca tive informação sobre quais são os créditos, no sentido de saber se foi dado à empresa A ou ao senhor B, nem sobre como é que os créditos individualmente se estão a comportar. Não tenho nem nunca tive essa informação, portanto, nunca teria a capacidade de responder ao que o Sr. Deputado me questionou.

Mas, respondendo-lhe muito frontalmente, não tenho essa informação e, por não deter essa informação, não teria a capacidade para fazer alguma análise, como o Sr. Deputado sugeriu que eu poderia fazer. Mais uma vez, como já tive ocasião de referir sobre esta matéria, as minhas funções na Arrow Global são desempenhadas junto da cabeça do grupo, em Inglaterra, e não incluem avaliação de nenhum negócio desta matéria em particular. Nada me é perguntado, não tenho contactos com ninguém e deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que a empresa em Inglaterra é escrutinada por várias autoridades de supervisão...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então estamos descansados!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — ... e é unanimemente reconhecido que as entidades de supervisão inglesas na matéria comportamental são exemplares em todo o mundo. Posso garantir ao Sr. Deputado que não tenho qualquer envolvimento em decisões desta natureza, sobre que carteiras de créditos são compradas por qualquer das empresas do grupo. Quero que isso fique absolutamente claro.

Não sei se este é o momento adequado, mas gostaria muito que o Partido Comunista Português esclarecesse se fez ou não alguma coisa junto do Ministério Público, porque até agora ficou apenas a suspeita que os senhores entenderam lançar sobre mim, uma suspeita que entendo que não deve continuar. Portanto, agradeço-lhe que tenha suscitado a matéria, para eu poder colocar-lhe muito abertamente esta questão. Não precisa de me responder aqui, mas agradeço que o Partido Comunista me responda se fez alguma coisa junto do Ministério Público e o que é que aconteceu, porque desde essa altura não voltámos a ter notícias sobre o assunto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, não disponho de tempo, não sei exatamente se posso usar alguma figura regimental.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Queria apenas responder a esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Na segunda ronda, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Talvez uma interpelação à Mesa...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Se me der esta tolerância, não utilizarei sequer a segunda ronda.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Todos concordamos...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estou-me mais ou menos nas tintas para se concordam ou não. Quem conduz os trabalhos sou eu.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Então decida...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado diz-me que prefere fazê-lo aqui do que intervir numa segunda ronda. Então, se é essa a circunstância, não tem nenhum problema.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, também não tenho a certeza se vai ou não haver uma segunda ronda. Portanto, se houver, esclarecerei a Sr.^a Deputada, senão, haverá outras formas de esclarecer a Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Tem, então, a palavra a Sr.^a Deputada Inês Domingos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, quando o anterior Governo entrou em funções, recebeu a Caixa como uma instituição que tinha sido fragilizada por dois factos: uma situação económica em Portugal de pré-bancarrota e a instrumentalização da Caixa durante vários anos para fins que não eram o bem público e para jogos de poder em empresas privadas.

Neste cenário — que, francamente, é desolador —, temos ouvido aqui na Comissão que o anterior Governo, com a Administração e graças aos trabalhadores da Caixa, que fizeram também um trabalho notável, conduziram um trabalho de limpeza do balanço, de reestruturação e de recapitalização, e a Sr.^a Deputada até referiu que esse trabalho permitiu que a Caixa cumprisse sempre os requisitos de capital e fortalecesse a sua atividade, o que é totalmente distinto do que o que o atual Governo está a fazer porque tem atitudes irresponsáveis, opacas e vai destruindo gradualmente o capital de confiança da Caixa que foi fortalecido durante esses anos.

Não há administração com plenos poderes há mais de um ano na Caixa. Temos primeiro a carta do Dr. José de Matos, que disse, e disse aqui também na nossa Comissão, que a situação da administração no último período em que estava lá não era sustentável porque ele não tinha a capacidade de atuar como achava que devia. Depois, o Governo nomeia uma nova administração e promete condições que não tem maneira de cumprir, o que, francamente, parece ser um *modus operandi* deste Governo, que é prometer coisas que, depois, não consegue cumprir.

A pergunta que eu ponho é a seguinte: acha que os trabalhadores da Caixa têm capacidade para fazer um bom trabalho quando não existem orientações claras?

Mas há mais. O Governo e o PS têm demonstrado uma total falta de transparência e de respeito pelas instituições democráticas, em particular pelo Parlamento que representa todos os portugueses. Ninguém está aqui por curiosidade, estamos aqui porque temos de fazer um trabalho de escrutínio, como, por sinal, o Deputado Miguel Tiago referiu e muito bem, mas o que o Governo quer é uma carta-branca para pôr na Caixa mais de 5000 milhões de euros, dos quais 4000 milhões são dos contribuintes, e não dá uma única explicação.

Pior: as explicações que vão dando, a conta-gotas, não batem certo, porque o Ministro das Finanças diz que quer chegar a um rácio de capital de 12,5%, só que isto não justifica os 5000 milhões, sobretudo se considerarmos que o Dr. António Domingues quando esteve cá referiu que as imparidades — aliás, estava na COFMA — de 2016 não atiram os rácios de capital abaixo do mínimo legal. Portanto, tudo isto é uma mistificação, não se entende.

Não enviam a documentação que é pedida e depois evitam a todo o custo que o Ministro das Finanças e o Dr. António Domingues sejam ouvidos na Comissão de Inquérito, não se percebe bem porquê. O que é certo é que eles depois vão à COFMA e não respondem às perguntas. Portanto, fica a dúvida.

Finalmente, a irresponsabilidade do Governo reflete-se também de uma forma indireta na dívida pública, ainda que muito importante, porque, como sabemos, a Caixa, como outros bancos, tem dívida pública nos seus ativos e como referiu, e muito bem, já não sei em resposta a quem, o aumento das taxas de juro tem um efeito negativo sobre o capital da Caixa.

Portanto, as perguntas que gostava de fazer são também para esclarecer como é que a atuação na sua altura, no momento em que era Ministra das Finanças, era diferente do que tem sido feito no último ano na Caixa — nem parece que seja possível que isto tenha acontecido assim, mas, enfim...

Assim, começo por perguntar como é que se processava a relação entre o acionista Estado e a Caixa Geral de Depósitos, ou seja, como é que reunia, com quem, se reunia qual a frequência e se alguma vez interveio em algum negócio específico da Caixa.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada. Boa tarde...

O Sr. **Presidente**: — Boa noite!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Boa noite, eventualmente. Não tenho estado a olhar para o relógio.

Sr.^a Deputada, de facto, a situação da Caixa é preocupante a vários níveis. É preocupante porque é o maior banco português, é preocupante porque é o banco de todos nós, ou seja, quando estamos a falar de capitalização da Caixa estamos a falar do dinheiro dos nossos impostos, atuais ou futuros, portanto, estamos a falar de uma matéria que diz respeito, verdadeiramente, a todos nós, Deputados ou não Deputados, diz respeito a todos os cidadãos portugueses, em particular àqueles que cá estão a pagar impostos, etc. Portanto, esta é uma matéria que nos diz respeito a todos.

De facto, não haver uma administração efetiva na Caixa há mais de um ano só pode ser uma situação de grande preocupação, que certamente os trabalhadores da Caixa farão o possível por ultrapassar mas qualquer um de nós compreenderá que não ter uma liderança estabelecida é algo que causa grande instabilidade em qualquer instituição, e naturalmente que isso não cria as melhores condições de trabalho nem as melhores condições para o desempenho das suas tarefas.

Isto dito, daquilo que é o meu conhecimento dos funcionários da Caixa Geral de Depósitos, até enquanto cliente da Caixa, que sou há vinte e muitos anos, a sua atuação é sempre irrepreensível e tenho encontrado na Caixa Geral de Depósitos profissionais do melhor nível que se pode encontrar.

A questão de não termos informação sobre o plano de reestruturação que está em curso é muitíssimo relevante porque nos impede de fazer o escrutínio que o Parlamento devia fazer e aquilo que Sr. Deputado Miguel Tiago referiu acerca da necessidade de escrutínio é uma matéria relevante.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas está aqui para opinar?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, ...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, posso fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Presidente**: — Pode, sim, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu tenho o direito de fazer uma interpelação à Mesa.

Protestos do Deputado do PSD Adão Silva.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas isso o Sr. Deputado tem de o dizer ao Sr. Presidente da Mesa e não a mim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, fui eu que pedi à Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque para interromper e, portanto, não tem problema nenhum.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Se o Sr. Deputado quiser fazer essa observação, faça-a ao Presidente da Mesa, não faça a mim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira fazer a sua interpelação à Mesa.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, a Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque está aqui na qualidade de ex-Ministra das Finanças

para responder às questões que lhe são colocadas acerca da passagem da Sr.^a Deputada como ex-Secretária de Estado e como ex-Ministra das Finanças.

Está a fazer, neste momento, declarações opinativas sobre perguntas que foram colocadas fora do objeto desta Comissão de Inquérito e não me parece que, atendendo às razões que levaram à vinda da Sr.^a Deputada a esta Comissão de Inquérito — e recorde ex-Secretária de Estado e ex-Ministra das Finanças —, possam ajudar o objeto da Comissão. Portanto, queria deixar essa ressalva porque estamos a desviar-nos daquilo que é o objeto desta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, fica registo em *Ata*.

Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada para continuar a intervenção nos termos em que entender. Foi o que sempre fiz com os outros e farei a mesma coisa com a Deputada Maria Luís Albuquerque.

Tem a palavra Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Responderia à última questão, ou àquela que eu tomei nota como sendo a última questão da Sr.^a Deputada Inês Domingos, sobre se interferi alguma vez em algum negócio específico. Devo dizer que não. Naturalmente que não! Nunca interferi em nenhum negócio específico da Caixa.

As competências do Conselho de Administração da Caixa, da Comissão Executiva e dos elementos não executivos, estão perfeitamente definidas e não cabe, na minha interpretação das funções governativas, a um ministro das Finanças interferir em operações específicas, ou seja, saber se deve conceder crédito mais uma vez à empresa A ou ao senhor B, se deve reestruturar, ou qualquer outra atuação dessa matéria.

Tinha muitas reuniões com a Administração da Caixa, com o Dr. José de Matos em particular mas muitas vezes acompanhado ou pelo *chairman* da Caixa ou por outros elementos, por quem ele entendia que devia fazer-se acompanhar em função dos temas que estariam em discussão. Discutíamos muitas matérias, por exemplo, a presença da Caixa em mercados internacionais que são relevantes para nós e para as nossas empresas, nomeadamente na África lusófona, ou outras matérias dessa natureza, que também faziam parte das discussões e da interação que tínhamos.

Houve sempre, da minha parte, uma total abertura para falar com a Administração da Caixa. Não me recordo de nenhuma vez em que me tenham telefonado ou que me tenham pedido uma reunião e que eu não tenha acedido com a maior rapidez possível. Fui também à Caixa Geral de Depósitos uma ou outra vez para debater matérias.

Portanto, tínhamos uma relação de grande cordialidade mas também uma relação de grande à vontade para que as matérias fossem discutidas, mas, como digo, as matérias em que faz sentido que o acionista se pronuncie, não estamos a falar da gestão do dia a dia da Caixa Geral de Depósitos, que é uma responsabilidade da Comissão Executiva e dos comités que estão constituídos em termos das regras de governação da Caixa relativamente a essa matéria.

Quanto à questão da dívida pública, e posso até cingir-me ao período em que fui Ministra das Finanças, posso dizer, relativamente à evolução positiva da dívida pública no ano de 2013, que a dívida pública portuguesa foi considerada o melhor investimento desse ano...

O Sr. João Galamba (PS): — Porque será?!

A Sr.^a Dr.^a Maria Luís Albuquerque: — ... e a melhoria da dívida pública, a redução dos juros, logo, o aumento do preço, fez com que, de facto,

houvesse da parte dos bancos portugueses uma melhoria importante e espaço dado por esta via para que pudessem, com maior espaço e maior conforto, reexecutar os seus planos.

Havendo esta relação manifesta entre a evolução da dívida pública, dos juros da dívida pública, e o que isso consome de capital quando eles sobem, ou liberta de capital quando eles descem, objetivamente, a evolução da dívida pública tem um impacto material para os bancos. No limite, se as taxas de juro continuam a subir muito, o valor da dívida pública que está no balanço dos bancos vai sendo cada vez mais pequeno e, portanto, as necessidades de capital estariam sempre a aumentar e os meios disponíveis para aplicação em outras finalidades estão sempre a reduzir-se.

Esta é uma questão muito relevante para os bancos e aquilo que aconteceu em 2013, em 2014 e em 2015 foi para os bancos portugueses uma ajuda preciosa aos seus planos.

A redução consistente da taxa de juro permitiu ...

Gostaria de fazer um enquadramento, porque, enfim, eventualmente, nem todas as pessoas que nos ouvem estão dentro da matéria, mas, para o Estado, a taxa de juro é importante no momento em que emite nova dívida, quando vai pedir dinheiro emprestado e paga é quando isso tem reflexo nas nossas contas.

Quando olhamos para os bancos, quando os bancos fazem contas, eles têm de valorizar o que lá está, àquilo que o mercado estiver a dizer que vale, à cotação em mercado secundário. Portanto, enquanto que para o Estado o custo só acontece quando há emissão de nova dívida, para os bancos o impacto acontece independentemente disso. Basta a flutuação em mercado secundário para esse impacto se refletir no balanço dos bancos e, logo, nas necessidades ou almofadas de capital que os bancos possam ter.

Portanto, para além do sinal que transmite relativamente à economia, para além de ser o referencial para o financiamento aos bancos, o

financiamento às empresas, há este impacto muito direto e muito material no balanço dos bancos que não pode ser ignorado porque é uma matéria da maior importância, tanto mais quando estamos a falar de processos em que serão necessários novos reforços de capital por parte dos contribuintes. É importante que os contribuintes percebam quais são os fatores que fazem com que essas necessidades aumentem ou diminuam porque, mais uma vez, é dos nossos impostos, atuais ou futuros, que estamos a falar e isso tem a maior relevância.

Para encerrar esta minha resposta, diria que a relação com a Administração da Caixa Geral de Depósitos foi sempre, da minha parte, muito positiva. Enquanto era Secretária de Estado, e mesmo não tendo tido responsabilidade direta no processo de recapitalização, porque foi entendido pelo Sr. Ministro das Finanças da altura que o processo devia ser conduzido a partir do seu gabinete, havia outras matérias — referi, por exemplo, as presenças empresas em Angola e Moçambique — da atividade da Caixa Geral de Depósitos sobre as quais eu conversava com a Administração. Naturalmente que essa relação continuou depois de ser Ministra, sem prejuízo de ter também, nessa altura, delegado num dos meus secretários de Estado a responsabilidade do acompanhamento das matérias.

As delegações de competências, sendo instrumentos legais que enquadram a possibilidade de tomada de decisão por parte dos membros do Governo, numa equipa com um bom relacionamento, como felizmente foi sempre a minha equipa, quer enquanto reportando ao Ministro Victor Gaspar, quer enquanto tendo secretários de Estado que reportavam a mim, são sempre uma relação de confiança mútua, de abertura e de discussão. Portanto, nunca nenhum de nós precisou de se agarrar à delegação de competências para estar ali a definir o que quer que seja de limites. Nesse sentido, a relação foi sempre fluida e facilitada e, em função das matérias, a conversa era mais comigo ou mais com o Sr. Secretário de Estado das

Finanças, ou noutra altura com o Ministro das Finanças, enfim, com a gestão que o então Ministro e depois eu própria entendemos fazer do nosso ministério.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr.^a Deputada Inês Domingos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, referiu agora uma questão importante, o facto de nos anos 2013 e 2014 os bancos terem beneficiado da evolução da dívida pública e do preço da dívida pública no mercado.

Existe uma carta-circular que refere a questão da produção de imparidades, que teria sido maior em 2014 do que em anos anteriores. A pergunta que lhe coloco é a seguinte: o que é que é essa produção de imparidades, exatamente? A que é que se está a referir essa carta-circular?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr.^a Deputada, queria dizer que em 2015 os bancos também beneficiaram da descida da taxa de juro, não foi só 2013 e 2014. Isso também continuou em 2015.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Só até metade do ano!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Quanto à questão das imparidades em 2014, o ano de 2014 teve dois eventos com relevância para o registo de imparidades nos bancos. Ou seja, em 2014, como sabemos, ocorreu o colapso do Grupo Espírito Santo e a resolução do Banco Espírito Santo e isso, objetivamente, teve impactos no resto do sistema financeiro, mas também em 2014 foi feito o chamado *comprehensive assessment* por parte do BCE, que já referi aqui hoje, que foi a análise abrangente — enfim,

numa tradução um bocadinho livre — que foi feita a um conjunto de bancos europeus, entre os quais a Caixa Geral de Depósitos.

Ora, nessa avaliação há um elemento que é, normalmente, designado na gíria como AQR, que significa *Asset Quality Review*, ou seja, revisão da qualidade dos ativos. O que isto significa, na prática, é que os critérios de avaliação da qualidade dos ativos, nomeadamente do crédito mas não só — e as imparidades não são só no crédito, são também em outro tipo de ativos —, os critérios para fazer a avaliação de qual deve ser a provisão para possíveis perdas foram tornados mais exigentes. Esse exercício teve um impacto material na forma como as imparidades eram registadas nos bancos. Portanto, seguramente que, para os outros bancos, terão tido um efeito semelhante.

A combinação de vários fatores, por um lado, aquilo que aconteceu no Grupo Espírito Santo, que teve impacto nos diversos bancos no sistema e um impacto negativo, por outro lado, o aumento da exigência quanto aos critérios que presidem à definição das imparidades ou provisões para perdas que devem ser registadas, e o facto de também estarmos num período em que se iniciou a recuperação económica e em que havia ganhos relacionados com as carteiras de dívida pública, a conjugação destes fatores permitiu que o registo de imparidades — num caso permitiu, noutro caso obrigou, mas conjugaram-se os dois fatores — fosse maior.

Ou seja, traduzindo isto numa linguagem simples, em 2014, a limpeza dos balanços foi mais profunda, limpou-se mais fundo, mais na parte de cima dos armários... Foi uma limpeza mais profunda, feita em 2014, por um lado, por exigências relacionadas com esse exercício do Banco Central Europeu, por outro lado, relacionada também com o facto de haver outros fatores positivos que criaram um pouco mais de espaço para que esse exercício fosse feito.

No ano de 2014 é, do meu ponto de vista, perfeitamente natural que tenha havido um registo de imparidades superior por este conjunto de acontecimentos, sendo que, no caso da Caixa Geral de Depósitos, ao longo deste período, foram registadas imparidades, ou seja, foi limpo o balanço, num valor que já não tenho preciso mas à roda de 6000 milhões de euros — julgo até que superior a 6000 milhões de euros —, o que significa um esforço muito significativo de resolução de problemas que existiam, na sua maioria, relativamente a créditos anteriores, muitos deles porque, face à situação económica, as empresas deixaram de ter condições de pagar, o que, em si mesmo, gera a necessidade de provisões e gera incumprimento, mas também pelo facto de haver um conjunto de ativos no balanço da Caixa Geral de Depósitos que lá estavam não por razões de racionalidade económica ou de interesse público mas por outras razões. Não estou a dizer nada que não seja alvo do conhecimento público e, até, objeto de vários livros que já foram escritos sobre essa matéria. Portanto, é conhecido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, então confirma que essas imparidades que foram registadas em particular no ano de 2014, a tal «produção de imparidades», se refere...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Produção de créditos!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — ... ao facto de terem sido registadas imparidades e não estão relacionadas com o ano em que foi iniciado o crédito?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr.^a Deputada, se bem percebo essa interpretação, ou melhor, comecei mal a frase, queria dizer que não percebo essa interpretação, peço desculpa.

Não percebo como é que um documento de setembro de 2014 poderia referir-se a um grande volume de imparidades de créditos que tivessem sido concedidos nesse ano.

Pensemos nas coisas em termos simples: a partir de janeiro, a Caixa Geral de Depósitos começa a conceder crédito; o crédito que concedeu em janeiro quando chega a setembro está a gerar imparidades?! Não faz sentido. Ainda por cima um volume de imparidades muito superior ao dos anos anteriores, portanto, tem de haver alguma... Não sei, talvez a designação da informação induza em erro, há algum erro de interpretação, mas, objetivamente, não faz sentido.

Ou seja, os créditos que tenham sido concedidos em 2014 podem vir até a gerar imparidades no futuro, não sei, não faço ideia, mas admito que sim, faz parte do risco da atividade da concessão de crédito que parte do crédito não venha a ser recuperado, e a definição do preço da taxa de juro tem, seguramente, a ver com a avaliação de risco que é feita, mas o que não faz qualquer sentido é achar que crédito concedido a partir de janeiro gera, em setembro, um volume de imparidades que é muito superior ao dos anos anteriores.

Como digo, pode haver algum erro de interpretação, ou, se calhar, um erro de designação, mas uma análise objetiva e de bom senso permite concluir que a interpretação não pode ser essa, porque não faz sentido que seja essa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, voltando às questões relativas à forma como geria a situação, como geria a Caixa Geral de Depósitos, pergunto: quando começou o seu mandato ainda havia desafios para o banco público, nessa altura, e o Governo tinha um plano de negócios, um plano de reestruturação, associado também a uma carta de missão. Gostava de saber como é que esses dois documentos, no fundo, norteavam a atuação da Caixa Geral e norteavam também a relação que tinha a Ministra das Finanças, na altura, com a Caixa Geral de Depósitos.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr.^a Deputada, os desafios para o banco público, aliás, os desafios para o sistema financeiro, para a economia portuguesa, no geral, mantêm-se.

Atendendo à dimensão, à gravidade dos problemas, à situação conforme ela existia em 2011, era previsível que, em qualquer circunstância, esses desafios, esses riscos, permanecessem durante longo tempo, porque problemas que foram gerados ao longo de muitos anos não se conseguem resolver em dois ou três. É materialmente impossível.

Portanto, os desafios para o banco público, como para a generalidade do sistema financeiro e para a economia portuguesa, permaneciam e permanecem.

É verdade que temos assistido ao longo destes últimos 15 meses, curiosamente faz precisamente 15 meses hoje, a muitas coisas que evoluíram no sentido errado e, em vez de melhorar, agravaram-se, mas os desafios são parte natural da evolução de uma economia, sobretudo de uma economia que teve as dificuldades gravíssimas que a nossa economia teve e que enfrentámos a partir de 2011.

Aquele que foi o objetivo, portanto, o plano de negócio, o plano de reestruturação, foi, como digo, resultante da interação com a Direção-Geral da Concorrência, o BCE, o FMI, a Comissão Europeia, enfim, todas essas

entidades que por força do programa de ajustamento tinham uma palavra a dizer, e, quando digo uma palavra a dizer, era uma palavra bastante definitiva, embora pudéssemos argumentar, mas tinham, de facto, um poder concreto, resultante dos compromissos assumidos no Memorando de Entendimento. Esse plano foi acompanhado. Foi uma decisão do Ministro da altura mas que me recordo de ter sido discutida e de ter sido tomada, o dirigir à Administração da Caixa Geral de Depósitos uma carta de missão.

O objetivo era, para além de assegurar, enquanto acionista, que a Administração da Caixa faria tudo o que estivesse ao seu alcance para cumprir os compromissos assumidos no âmbito do plano de reestruturação, era preciso recentrar a atividade da Caixa naquilo que, no nosso entendimento, devia ser o seu objetivo fundamental, que é o apoio à economia portuguesa.

Gostava de fazer aqui um pequeno parêntesis para recordar que todos os bancos intervencionados tiveram de constituir fundos para fazer investimentos em capital de pequenas e médias empresas. Isso era uma obrigação imposta no âmbito dos planos de reestruturação, porque se reconhece a importância dessa atividade em qualquer banco, público ou privado.

No caso do banco público, era fundamental recentrar o seu foco, a sua orientação, no interesse público. E o interesse público, claramente, pelo menos do nosso ponto de vista, tem a ver com a atenção aos clientes, com a capacidade que o banco público deve ter de dirigir os seus recursos para a concessão de crédito a projetos viáveis, naturalmente — porque não queremos que a Caixa Geral de Depósitos invista onde não vai ter rentabilidade, isso não é bom nem para a Caixa, nem para os sistema financeiro, nem para os contribuintes —, portanto, que faça uma seleção adequada de projetos mas que tenha os seus recursos disponíveis para apoiar o investimento na economia e, também através da sua atividade, até

internacional, que seja capaz de apoiar a internacionalização das nossas empresas, a presença das empresas e de cidadãos nacionais em outras geografias.

Aliás, sabemos que em algumas dessas geografias a presença da banca nacional é particularmente relevante. É relevante para Portugal e até é relevante para a própria Europa, porque, não estando lá bancos portugueses, os bancos que ocupem esse espaço seguramente não serão europeus. Logo, há aqui um interesse público, até mais abrangente, em manter determinadas presenças.

Portanto, a carta de missão tinha como objetivo balizar a atuação da Administração da Caixa Geral de Depósitos, dentro da liberdade de decisão que tem, obviamente, nas competências que lhe são atribuídas, mas também transmitir qual era a orientação do acionista Estado para a atividade da Caixa Geral de Depósitos durante o mandato daquela Administração. O objetivo é este, é fazê-lo de uma forma clara, concreta, pública e transparente, porque também nos pareceu que o interesse público exige que aquilo que o acionista entende que deve colocar como objetivos à Caixa Geral de Depósitos deve ser também do conhecimento público.

No fundo, a carta de missão foi concebida reunindo esta multiplicidade de objetivos e destinava-se, naturalmente, a orientar, em termos de princípios, a atividade da Caixa Geral de Depósitos. Depois, havia todo o plano de reestruturação, que inclui planos de negócios, enfim, inclui todos esses elementos — plano de reestruturação, de financiamento e de capital — e tem, depois, todo o detalhe da forma como isto é materializado. Mas há aqui um «chapéu», uma orientação estratégica que está refletida na carta de missão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, gostava de pôr uma questão relativa à situação das participações financeiras da Caixa.

Tenho três dúvidas. Em princípio, houve uma orientação, que foi dada pela troica, para liquidar algumas das participações financeiras. Gostava de perguntar qual é a sua opinião sobre o facto de a Caixa ter participações financeiras, às vezes significativas, em certas empresas, e se acha que isso conduz a potenciais conflitos de interesse.

Queria também perguntar se conhece algumas situações concretas que poderão ter, efetivamente, conduzido a conflitos de interesse e se estes eram temas que a preocupavam e que abordava com a administração.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr.^a Deputada, na questão das participações da Caixa, há aqui uma questão de princípio ou, se quisermos, até ideológica.

Ou seja, no nosso entendimento, a Caixa Geral de Depósitos, enquanto banco público, não deve ser utilizada para que, indiretamente, o Estado controle ou tenha influência nas decisões de empresas que são maioritariamente privadas. Portanto, do nosso ponto de vista, de princípio ideológico, como se lhe queira chamar, a Caixa não deve ser usada para isso.

Se o Estado privatizou empresas, se vendeu o capital, encaixando com isso a receita, se tem ao seu dispor instrumentos relacionados com a regulação e outras formas de intervenção, não deve utilizar o banco público para depois ter outro tipo de influências em decisões nessas empresas.

Esses casos de que estou a falar e de que há múltiplos exemplos, têm já anos, são anteriores ao nosso Governo e, como digo, são também assuntos amplamente discutidos na praça pública, como as questões da Portugal Telecom, por exemplo, ou do BCP, para dar aqui dois exemplos que, como digo, estão amplamente documentados na discussão pública.

Do nosso ponto de vista, é profundamente errado e lesivo do interesse público que a Caixa Geral de Depósitos seja usada como instrumento para esse tipo de intervenção, até porque reduz a transparência que decorre de uma participação direta do Estado. Se o Estado tem uma participação direta assume as suas opções e diz o que vai fazer. Se o faz indiretamente, através de um banco, há logo um problema de menor escrutínio e de menor transparência que, em si mesmo também e por uma questão de princípio, não deve acontecer.

Naturalmente que isso também há de gerar conflitos de interesses. Ou seja, quando temos um banco que é financiador de empresas e que, ao mesmo tempo, tem no seu ativo participações nessas empresas e tem administradores nomeados para se sentarem no conselho de administração dessas empresas, é óbvio que isto é potenciador de conflitos de interesses. Portanto, estes conflitos de interesses que poderão ter ocorrido, e provavelmente ocorreram no passado, são profundamente sérios.

O que aconteceu desde a entrada em funções do nosso Governo, nas circunstâncias que todos conhecemos, foi que havia um compromisso de alienação destas participações, que foram chamadas estratégicas — aqui sim, não *core* ou não nucleares, não centrais, porque nada no objeto de um banco diz que este deve ter ações das empresas de telecomunicações ou de outra coisa qualquer, ou participações noutros bancos que não dentro do próprio grupo, isso não é relevante para o exercício da atividade que, de facto, deveria estar a exercer, não é esse o objetivo de um banco —, mas desde o momento em que o nosso Governo entrou em funções essa questão não se colocou.

Não se colocou porquê? Numa primeira fase, não se colocou porque, de facto, a concessão de crédito caiu enormemente devido à recessão da economia, ao facto de como as empresas se sentiram e sofreram isso, mas também por ter sido assumido o compromisso de venda destas participações,

um compromisso explicitado no Memorando de Entendimento, de o Estado deixar de, por esta via, através de *golden shares* ou de outros mecanismos, interferir em empresas que o próprio Estado já tinha privatizado, ou seja, que o próprio Estado tinha decidido que não queria que fossem suas mas, basicamente, queria ter o bolo e comê-lo. Portanto, queria vendê-las, encaixar o dinheiro e continuar a mandar nelas. E fazia-o de forma direta, nuns casos, e de forma indireta, noutros.

Isso, do nosso ponto de vista, por princípio é profundamente errado e deixou de poder acontecer logo no Memorando de Entendimento. Independentemente de ele não ter sido negociado por nós, ficou lá imediatamente claro que isso deixaria de acontecer e nós, tanto pessoalmente como o Partido Social Democrata, subscrevemos essa posição.

Queria só, se me for permitido, voltar um bocadinho atrás, relativamente a uma questão colocada há pouco sobre a produção das imparidades ou da produção do crédito.

Quando um crédito é reestruturado aparece como tendo origem nesse ano, mas pode ser uma reestruturação de uma operação anterior, que é uma coisa que os bancos também fazem. Isto pode também ajudar a explicar a interpretação errónea que a Sr.^a Deputada referiu há pouco. Digo isto porque, se passar mais tempo, posso esquecer-me de referir esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Domingues, faça favor de continuar.

A Sr.^a **Inês Domingues** (PSD): — Queria voltar agora ao relatório do Tribunal de Contas sobre o controlo do setor empresarial do Estado.

Tenho aqui duas perguntas muito sucintas para lhe fazer. Em primeiro lugar, esse relatório é relativo ao regime jurídico do setor público empresarial. Gostaria de saber quem é que o criou.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr.^a Deputada, sobre esta matéria posso responder com grande à-vontade, porque a tratei eu mesma, direta e pessoalmente, com grande envolvimento nesta questão e até com consultadoria do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, para criar um enquadramento relativo ao setor empresarial do Estado que permitisse que os erros passados e as suas consequências não voltassem a acontecer.

O que verificamos, e sabemos-lo todos, por múltiplos exemplos, é que houve erros cometidos na gestão do setor público empresarial, do setor empresarial do Estado, como frequentemente referimos, que saíram e saem muito caro a todos nós. Portanto, foi preciso criar um enquadramento que balizasse a atividade das empresas, que dissesse o que é que a administração das empresas pode ou não decidir, dependendo da natureza, do tipo das empresas, e também quais são as suas obrigações de reporte.

Isso também incluiu, nesse regime do setor público empresarial, a criação de outras entidades, nomeadamente a UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização).

Enfim, todo o processo, a alteração do regime jurídico do setor público empresarial — e chama-se setor público empresarial porque tem o setor empresarial do Estado mas tem também, subsidiariamente, o setor empresarial local e outras empresas do setor público — foi uma mudança muito profunda.

Por exemplo, para todas as empresas que entretanto estão no perímetro das contas públicas e que têm, portanto, um impacto direto no Orçamento do Estado, a gestão financeira passa a ser feita centralizada pelo IGCP e foi proibido às empresas que estão dentro do perímetro fazer qualquer tipo de contratação autónoma de financiamento, de *swaps* ou do que quer que fosse. O grau de liberdade que é dado às empresas do setor público empresarial

nestas matérias depende essencialmente dos seus resultados mas também da natureza das operações — se estamos a falar de operações de curto prazo ou de longo prazo.

Portanto, houve aqui, fruto da experiência passada, com os aspetos negativos que teve, a necessidade de reformular todo este quadro. Foi um projeto importantíssimo, ao qual o Ministério das Finanças, também com a colaboração de todos os outros ministérios, se dedicou e que marca uma diferença fundamental face ao que existia no passado. Este regime jurídico é muito mais sólido, muito mais consistente e permite um controlo muito maior do que é o interesse público e o interesse dos contribuintes, naturalmente.

Assim, sendo certo que a sua implementação no terreno exigiu adaptação e entrando em velocidade de cruzeiro — nem sei se neste momento já está ou não, porque, naturalmente, não tendo essas responsabilidades, não acompanho tão de perto, mas admito que tenha continuado a melhorar, porque era esse o enquadramento dado e estou em crer que tenha continuado nessa linha e, de facto, esta matéria foi muito importante e mudou significativamente o paradigma — permitirá que tenhamos um setor público empresarial muito mais transparente, muito mais controlado, muito mais eficiente do que o que tínhamos no passado, para evitar que os mesmos erros voltem a ser cometidos, naturalmente.

Queria só dar aqui uma nota, porque pode alguém ficar na dúvida, que o relatório do Tribunal de Contas, que já foi hoje aqui várias vezes referido e que tem sido frequentemente citado como fazendo referência ao período em que estive no Governo, foi remetido ao atual Governo para contraditório.

Não tive a oportunidade de me pronunciar em sede de contraditório relativamente a esse relatório em particular, ao contrário de outros que diziam respeito expressamente ao período em que eu tinha funções no Governo e que, mesmo já depois de eu ter saído, o Tribunal de Contas me

remeteu, para efeitos de contraditório. Não estou a criticar, é normal, porque a data de avaliação é do final de 2015 e nessa data já havia um outro governo.

Portanto, este não foi o caso, tive conhecimento dele quando foi tornado público, julgo que como a maior parte dos Srs. Deputados, e não antes. Digo isto só para que fique claro que não me pronunciei sobre o mesmo. Como digo, não tinha de ser, mas como se diz que o relatório incide sobre a nossa governação e não fomos nós que fizemos o contraditório, expliquei isto para que não fique nenhum mal-entendido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês Domingues** (PSD): — O relatório tem algumas críticas, mas também refere, no seu ponto 32, que a implementação teria de ser gradualista. Como, aliás, referiu que o próprio regime tinha sido criado sob a sua governação, também é natural que a implementação fosse gradual. Mas, fundamentalmente, será, isso sim, um grande passo em frente no sentido de um maior escrutínio de empresas que não têm — e peço-lhe que o confirme — o mesmo grau de escrutínio da Caixa ou, por sinal, de empresas cotadas na Bolsa, porque são empresas que também são escrutinadas pela CMVM, e no caso dos bancos, e da Caixa em particular, também por autoridades nacionais e europeias.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — De facto, como julgo que será fácil compreender, o regime jurídico do setor público empresarial não foi criado por nenhuma preocupação com a Caixa Geral de Depósitos.

A Caixa Geral de Depósitos, pela sua natureza de entidade financeira, é sujeita a uma supervisão cada vez mais agressiva e intrusiva e tem outros mecanismos de controlo da sua atividade e, pela natureza da sua atividade, tem até matérias de sigilo a que o próprio acionista não pode aceder.

Por exemplo, enquanto que nas contas do metropolitano de Lisboa não há nada que faça sentido dizer que o acionista não possa conhecer, porque o acionista pode conhecer o que entender, das contas da Caixa Geral de Depósitos, do detalhe, dos créditos, etc., há matéria que até está protegida por sigilo bancário.

Portanto, objetivamente, a revisão do regime jurídico do setor público empresarial não foi feita para controlar ou para melhor controlar a Caixa Geral de Depósitos. Ela foi feita para melhor controlar e melhor enquadrar todas as outras empresas que, pertencendo ao setor público, porque não são cotadas, não são do setor financeiro, não estão sujeitas a um regulador específico com meios, com poderes para fazer essa avaliação, precisam de um escrutínio mais aturado, mais aprofundado por parte do acionista. Objetivamente, é para essas empresas e com a preocupação dessas empresas que este regime foi feito.

Isto dito, a Caixa Geral de Depósitos também pertence ao setor público empresarial, mas naturalmente que não era o nosso alvo de preocupação na criação deste regime, nem faria sentido que fosse.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, com a mesma tolerância que tive para com os outros oradores, faça favor.

A Sr.^a **Inês Domingues** (PSD): — Sr. Presidente, vou colocar uma última pergunta.

Referiu que recebeu a informação, no verão de 2015, que seria necessário recapitalizar a Caixa ou reforçar o capital da Caixa e que teria tempo, amplamente, durante o ano de 2016 para o fazer.

Recorrendo à informação que tinha na altura e ao seu conhecimento atual do sistema financeiro, parece-lhe excessivo, pelas notícias que temos tido, que seria necessário um aumento de capital de mais de 5000 milhões de

euros? Pergunto-lhe ainda mais: acha que é possível ou razoável que haja duas administrações na Caixa, que não têm uma diferença temporal assim tão grande, que referem necessidades de capital tão diferentes? O Dr. José de Matos terá referido necessidades, implicitamente, enfim, de cerca de 2000 milhões de euros e a anterior administração do Dr. António Domingues terá referido necessidades acima de 5000 milhões de euros.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Começando pelo início, diria que não posso jurar que tenha sido no início de 2015, foi até talvez um pouco antes do verão, mas recordo-me de falar com o Dr. José de Matos sobre esta matéria, sobre a sinalização que ele fez, e bem, do meu ponto de vista, atempada. Ou seja, o Dr. José de Matos não chegou ao Ministério das Finanças e não me disse: «Sr.^a Ministra, para a semana preciso de um aumento de capital». De facto, isso seria ou resultante de alguma coisa completamente imprevisível ou uma manifestação de uma irresponsabilidade que, manifestamente, o Dr. José de Matos nunca demonstrou. Portanto, colocou-me uma questão com tempo suficiente para que fosse tratada adequadamente.

O que me lembro que terei dito ao Dr. José de Matos foi o seguinte: «Naturalmente que essa é uma matéria para ser tratada e que será tratada no final deste ano e durante 2016». Estamos a falar de um problema que poderá colocar-se para o reembolso dos CoCo até junho de 2017 — já saímos do Governo há 15 meses e ainda não atingimos sequer essa data. Portanto, foi uma sinalização que entendo que foi feita corretamente, porque estas matérias devem ser tratadas com tempo.

Ao mesmo tempo, andava a tratar-se com a Caixa Geral de Depósitos de outros assuntos, nomeadamente da reestruturação ou reorganização do negócio internacional, que também teria algum impacto no capital. Esse projeto também ficou muito avançado, mas no momento em que nos chegou

já não estávamos em condições de tomar decisões e, portanto, ficou a indicação de que ele deveria ser ressubmetido ao novo governo, tão cedo quanto possível, mas na verdade, o *timing* normal, natural para fazer essa avaliação e tomar essas decisões era o ano de 2016, até porque os rácios de 2015 nunca estiveram em causa e foram cumpridos. Aliás, isso é também uma matéria de facto e não de opinião.

Estranho, de facto, Sr.^a Deputada, diferenças tão grandes entre perspetivas das necessidades de capital. De duas, uma: ou há alguma informação que não conheçamos, ou, pegando um bocadinho nas perguntas que já me fizeram aqui hoje, as margens, as almofadas, os *buffers* que devem ficar para fazer face aos problemas que possam aparecer no futuro, terão sido avaliados de forma significativamente diferente por uma administração e por outra.

Enfim, não encontro uma outra explicação razoável e seria bom que, de facto, todos nós percebêssemos exatamente o porquê dessas diferenças.

Mas, Sr.^a Deputada Inês Domingues, para fazer um enquadramento, quando estamos a falar de dinheiro dos contribuintes, estamos a falar, naturalmente, de uma matéria séria, que tem de merecer muita ponderação.

Portanto, se for o caso em que as necessidades de capital adicionais são maiores do que aquelas que tinham sido identificadas ... Tenho de me referir às administrações por nomes, porque por «anteriores» já lá vão várias. Ou seja, na administração do Dr. José de Matos e na administração do Dr. António Domingues, a diferença da identificação das necessidades de capital terá justificações que, espero, venhamos todos a conhecer em tempo útil. Mas se estamos a falar de diferenças de conforto, o que essencialmente precisamos todos de saber é conforto para quê, porque mais do que saber quanto é que se vai pôr, precisamos de saber para que é que se vai pôr tanto dinheiro. Precisamos de saber, objetivamente, qual é a finalidade do dinheiro que sai dos nossos impostos.

Como digo, as diferenças de perspetivas só poderão ser compreendidas quando as respostas que foram pedidas forem dadas e ainda não o foram. O que eu disse é uma especulação minha, que julgo que pode ser feita com alguma razoabilidade, face àquilo que tem sido discutido em público, mas só os próprios e, seguramente, o Sr. Ministro das Finanças, é que estarão em condições de explicar adequadamente a diferença entre os dois valores. Não tenho informação que me permita fazê-lo.

O Sr. **Presidente**: — A última intervenção da primeira ronda é do Partido Socialista.

Sr. Deputado João Galamba, tem a palavra.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar a Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque.

A primeira pergunta tem a ver com a recapitalização de 2012. Há pouco, a Sr.^a Deputada disse que entendia que ela foi adequadamente realizada, que foram feitos os levantamentos das necessidades de capital, apuradas as imparidades. Portanto, foi um levantamento correto e depois foi tomada uma decisão quanto ao volume da recapitalização que correspondeu ao diagnóstico. Foi isto que a Sr.^a Deputada afirmou ou algo parecido com isto?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, tanto quanto é do meu conhecimento da matéria, à data — e sempre com a ressalva que já hoje aqui fiz várias vezes, de que não fui eu que lidei diretamente com esse assunto —, o meu entendimento é que foi feita a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos em função das necessidades de capital que foram identificadas à data.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Portanto, a Sr.^a Deputada concorda com o que consta do plano de reestruturação que não foi enviado em 2012, nem em 2013, mas foi enviado posteriormente e disponibilizado pela DGComp e pela Comissão e não pelo Governo da República Portuguesa, porque este é um documento que é revelado pela DGComp — espero que os Deputados do PSD saibam isso, mas, pelos vistos, não sabem.

A Sr.^a Deputada concorda com o que é dito no plano de reestruturação quanto às necessidades de capital da Caixa Geral de Depósitos e a recapitalização de 2012, e cito: «essencialmente relacionadas com uma crise de confiança envolvendo a dívida pública» e que as necessidades de capital prendiam-se... Aliás, há um valor no plano de capital sobre o qual dizem que é «só 65% do total, por causa do *buffer* associado ao *stress test* da dívida pública» e, portanto, a Sr.^a Deputada entende que estas são as razões pelas quais a Caixa foi recapitalizada e bem recapitalizada e que, no final desta recapitalização, a Caixa estava sólida?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, de facto, podemos dizer — e é verdade — que o problema da Caixa, como o dos outros bancos, foi o estado a que chegou o País e depois podemos tentar perceber como é que a Caixa foi usada para contribuir para os problemas do País, mas, como se diz, «isso são outros 500» que, obviamente, não constam daquilo que é a decisão da Comissão.

A decisão da Comissão resulta de um plano que é aprovado e publicado, que é a decisão da Comissão. Aliás, o que aparece no topo da primeira página é a decisão da Comissão Europeia, o que, naturalmente, não impede o Governo de divulgar como entender os planos, os projetos, as versões. São coisas diferentes, a Comissão publica a sua decisão; os planos

ou os projetos que o Governo tenha são decisão do Governo divulgar ou não. A decisão da Comissão é, obviamente, decisão da Comissão, que publica.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Vou repetir-lhe a pergunta: considerava ou não...

O Sr. **Presidente**: — Mas o Sr. Deputado não se importa que eu lhe dê primeiro a palavra? Tem a palavra.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr.^a Deputada, a minha pergunta é se considerava ou não que a recapitalização de 2012 foi adequada e que, portanto, após essa recapitalização, a Caixa estava sólida?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, a evolução do sistema financeiro português, Caixa Geral de Depósitos incluída, foi muitíssimo positiva e reconhecida por qualquer uma das entidades que fez esse escrutínio.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Essa não é a minha pergunta. Pode dizer que não quer responder, mas estou a fazer-lhe uma pergunta concreta. Se não quiser responder, não o faça, mas não me responda a outras coisas.

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado volta a fazer o que fez, eu tiro-lhe a palavra.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, como todo o sistema financeiro, a Caixa reforçou significativamente a sua solidez e tanto assim é que, até hoje, tanto quanto é do nosso conhecimento, nunca incumpriu com nenhum dos rácios a que está obrigada pela supervisão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Portanto, à luz de toda a informação disponibilizada e de todas as inspeções transversais que foram feitas e do enquadramento regulatório existente à época, a recapitalização de 2012 foi plenamente satisfatória porque procurou responder às fragilidades da Caixa que, nesse momento, foram plenamente identificadas e plenamente respondidas pelo capital que foi injetado no banco. Sim ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, tanto quanto é do meu conhecimento, e não tendo participado nas discussões de detalhe, permito-me concluir que se foi aprovado o plano de recapitalização pela Direção-Geral da Concorrência, bem como por todas as entidades de supervisão e pela própria troica, sim, esse terá sido o entendimento que respondia às necessidades; caso contrário não vejo como é que haviam de o aprovar ou com que argumento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Deputada, insisti na minha pergunta, porque consta do plano de reestruturação e, portanto, é um elemento comum entre o Estado português e a DGComp, mas não se fala aqui da instrumentalização da Caixa, nem da qualidade dos ativos. Do que se fala — está escrito no documento do plano

de recapitalização — é que a recapitalização da Caixa, aliás, como todos os outros bancos portugueses, se deve aos *stress tests* da EBA, que determinaram necessidades adicionais de capital por causa e só — não é só, como é evidente, mas quase exclusivamente — da dívida pública portuguesa.

Pergunto-lhe isto porque esta reunião da Comissão de Inquérito começa com «as necessidades de capital de hoje são por causa dos problemas do passado».

Ora, se a recapitalização de 2012 decorre de um levantamento exaustivo da situação patrimonial da Caixa Geral de Depósitos e — tal como a Sr.^a Deputada disse aqui — se todas as entidades avaliaram, escrutinaram, validaram, portanto, a recapitalização tinha de ser correta. De duas, uma, Sr.^a Deputada: ou essa recapitalização foi, de facto, mal feita e não traduziu as necessidades efetivas de capital da Caixa naquele momento ou foi bem feita e tudo o que o PSD tem dito para justificar que as necessidades de capital, hoje, são consequência do que vem de trás, não parece fazer muito sentido, porque a capitalização não pode ter sido simultaneamente adequada para garantir a solidez da Caixa e, anos mais tarde, ver-se que, afinal, não é e depois culpar a realidade que precedeu essa mesma recapitalização da Caixa.

Portanto, Sr.^a Deputada, o que está em causa é se a recapitalização foi adequada ou não. Fazer os dois discursos em simultâneo é que se torna um pouco difícil.

Repito a pergunta: a recapitalização de 2012 refletiu, de facto, todas as necessidades de capital da Caixa ou houve um lapso e havia necessidades adicionais, fruto de problemas do passado, que não foram corretamente identificadas e a Caixa foi subcapitalizada?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, esta discussão é bastante interessante, porque nós conhecemos bem a narrativa do que foi a crise internacional que causou os problemas do País e já tivemos ocasião de

discutir amplamente a razão por que o País teve problemas quando houve uma crise internacional e o que nós fizemos para ter, de facto, esses problemas.

A resposta que lhe dou é a seguinte: o Sr. Deputado queria que a decisão da Comissão dissesse que estas necessidades de capital decorrem da instrumentalização de que a Caixa foi objeto nos anos anteriores ao programa de ajustamento?! Seria verdadeiramente extraordinário, do ponto de vista institucional, encontrar uma redação dessa natureza.

É verdade que são atribuídas as necessidades de capital à recessão económica na letra do plano. Agora, por que razão é que a crise económica teve esse impacto na Caixa? Porque os ativos que a Caixa tinha estavam particularmente expostos e, como digo, acho que essa discussão deve fazer-se aqui mas, o Sr. Deputado não levará a mal, não pode ser comigo, porque não tenho responsabilidades nesse período e, portanto, não estou em condições de lhe responder por que razão é que foram tomadas essas decisões.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Lança as suspeitas e depois diz que não é nada consigo!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Há informação que é pública e há outra que não é pública, mas o que já respondi aqui é que nós temos uma posição de princípio e de atuação concreta que acabou com esse tipo de práticas.

A forma como elas foram usadas no passado e as consequências que tiveram, terão de ser outros a explicar. Devido ao facto de a Comissão Europeia ter na sua decisão o parágrafo em que diz que a recapitalização responde às necessidades causadas pela recessão económica, o Sr. Deputado

pretender que isso seja uma espécie de limpeza de tudo o que vem detrás é que me parece manifestamente abusivo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não, Sr.^a Deputada, não é isso. É que, mais uma vez, a Sr.^a Deputada tenta ficar com o bolo e comê-lo. Tenta ter outra vez os dois discursos.

Ainda agora a Sr.^a Deputada disse que as necessidades de capital, as fragilidades vêm, de facto, da qualidade dos ativos. Sr.^a Deputada, se a qualidade dos ativos era assim tão má e se estavam com garantias insuficientes, então, tudo isso tinha de ser... A questão aqui é, depois do levantamento total e exaustivo feito entre 2010 e 2012, depois de uma capitalização que não identifica as suas causas, não se dizer que é qualidade dos ativos passados; não se diz isso em lado nenhum, diz-se, claramente, que é essencialmente derivado à dívida pública portuguesa. Só diz isso, não diz mais.

Portanto, a Sr.^a Deputada não pode vir aqui dizer que a recapitalização de 2012 foi excelente e foi necessária, com a informação da altura, e agora dizer que os ativos que vêm antes dessa recapitalização e que, portanto, já lá estavam na altura da recapitalização, são a explicação dos problemas hoje. É que, Sr.^a Deputada, então, a recapitalização e os levantamentos das necessidades de capital de 2012 foram mal feitos. O que não pode é dizer as duas coisas.

Há pouco perguntou-se pelas estimativas feitas por Mário Centeno. A pergunta não é se as previsões que fundamentaram o plano de recapitalização de 2012 estavam corretas, é se quando se revelaram incorretas alguma coisa foi feita para ajustar as previsões iniciais à realidade. A questão não é sobre

as previsões iniciais, que não quase sempre incorretas, a questão é sobre o que se faz depois, quando essas previsões se revelam incorretas.

Portanto, quando se percebeu que, de facto, todo o cenário que pressupunha o aumento da rentabilidade da Caixa e o reembolso dos CoCo não se verificou... A Sr.^a Deputada diz «nunca incumprimos no rácio de capital», mas um banco pode ter muito capital e se a rentabilidade prevista desse banco e dos seus ativos for francamente inferior à que está prevista num plano de reestruturação, esse plano de reestruturação nunca poderá ser cumprido. E porquê? Porque o plano de reestruturação pressupõe um aumento da rentabilidade do banco para internamente gerar capital, nomeadamente para reembolsar os CoCo.

Portanto, o Estado pode nunca ter baixado do mínimo legal, o que não tinha era as condições de rentabilidade para gerar o capital e os recursos necessários para fazer um conjunto de coisas que faziam parte do plano de reestruturação.

A minha pergunta é se não ficou claro logo em 2013, ou, pelo menos, em 2014, que os bancos portugueses nunca teriam — e, nomeadamente a Caixa — a rentabilidade prevista no plano de reestruturação. Vou dar-lhe um exemplo: a carta da IGF (Inspeção Geral de Finanças) do segundo trimestre de 2015 dizia: «desvio significativo face ao objetivo», o *return on equity* situava-se nos 0,6% e o *return on asset* nos 0%, quando o valor a alcançar é, respetivamente, de 10% e de 0,5%. Quer dizer, a Caixa podia ter capital, mas não tinha, seguramente, rentabilidade.

E grande parte desses problemas, que, obviamente, também teriam custos em termos de capital, foram mascarados pela valorização da dívida pública imprevista durante aquele período, que permitiu ganhos financeiros que, se quisermos, esconderam este problema.

Mas foi ou não identificado imediatamente um problema, logo em 2013, pelo menos, o de que as rentabilidades da Caixa, essenciais para o

cumprimento do plano de reestruturação, nomeadamente o reembolso dos CoCo, nunca seriam cumpridas? E o que fez o Governo em relação a isso?

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, só para tentar encerrar o ponto anterior, da relação dos valores do balanço, diria que a questão, aqui, prende-se com a tentativa de compreender porque é que a Caixa precisa outra vez de capital, é esse o objeto de tentar perceber o que vem detrás para justificar esse aumento de capital.

Portanto, isso tem a ver com a evolução desses ativos, mas é preciso separar o que é a rentabilidade, se quiser, ou o desempenho dos ativos que são de produção posterior a 2011 e os ativos que são de produção anterior, porque objetivamente há alguns de produção anterior, tanto quanto é do conhecimento público, que continuarão a dar problemas agora.

Portanto, o objetivo é separar as águas e perceber onde é que está a origem dos problemas, para evitar que os problemas se repitam.

Quanto à questão que colocou sobre o facto de o plano de reestruturação ter ou não refletido, respondo-lhe que refletiu, Sr. Deputado. Já disse aqui, hoje, que me lembro que houve mais de uma dezena de atualizações do plano de reestruturação e do plano de financiamento e de capital que foram refletindo precisamente esta evolução, e não foi só o da Caixa Geral de Depósitos. À medida que o processo foi evoluindo, esse resultado foi mostrado.

Aliás, há relatórios múltiplos que são do conhecimento público, até do próprio Banco de Portugal, em que se evidencia o problema da rentabilidade dos bancos, e o problema da rentabilidade está associado ao facto de haver uma recuperação económica que não chegou a ser suficientemente robusta para permitir esse crescimento, mas também ao facto de haver um lastro do passado que, à medida que o tempo passa, continua a dar problemas.

Portanto, tudo isto continua a ser verdade.

A maneira como o Sr. Deputado perguntou — se calhar, é uma interpretação errada da minha parte — se o plano de reestruturação não devia ter refletido a incapacidade de gerar rentabilidade... Com certeza que refletiu. Coisa distinta seria perguntar se isso deveria ter sido corrigido com outro capital.

Quando o Sr. Deputado me diz que os ganhos da dívida pública esconderam o resto, quero dizer-lhe que os ganhos da dívida pública justificam, em grande parte, o espaço que se conseguiu para limpar muito do resto. Se continuássemos a ter ganhos de dívida pública, seria possível continuar a limpar sem necessidade adicional de capital. Não se trata de esconder, trata-se de haver ganhos efetivos financeiros. Como há a margem financeira, tudo isso contribui para os resultados do banco e para a sua capacidade, e, objetivamente, ter uma parte importante que corre bem ajuda a resolver as outras que são mais problemáticas. Se tiverem as duas a correr mal, a conclusão lógica é a de que é preciso mais capital.

Não estou a dizer que a necessidade de capital se deva exclusivamente a isso, o que eu estou a dizer é que, quando a dívida pública corre bem, isso ajuda a resolver o resto. Quando a dívida pública corre mal, atrapalha — e muito! E isto parece-me objetivamente verdade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — O que estou a dizer é que há um plano de reestruturação cujo sucesso pressupõe que haja um *return on equity* de 10%, e ele era de 0,3%.

Quando digo mascarar é porque este problema fundamental, que é a recuperação da rentabilidade do banco, que é um dos pressupostos do plano de reestruturação, só não se tornou mais evidente durante todo o plano de reestruturação porque foi escondido. Estou a usar a palavra «escondido» mas

não estou a dizer que foi a Sr.^a Ministra que escondeu, não estou a fazer esse tipo de juízo negativo, estou a dizer que havia problemas no banco que foram camuflados, que não foram tão visíveis durante um conjunto de anos porque a baixíssima rentabilidade dos ativos, que é, como a Sr.^a Deputada sabe, um dos principais problemas de todo o setor financeiro português hoje, não se tornava tão visível devido ao facto de esse problema ter sido mascarado com ganhos financeiros, que obviamente não eram sustentados a médio e longo prazo. Como a Sr.^a Deputada bem sabe, são sempre temporários, porque a dívida não pode continuar. Aliás, no segundo semestre de 2015, ela já subiu um pouco, portanto, pararam os ganhos financeiros com a dívida portuguesa em 2015.

Não sei se alguém vai querer, mas eu vou querer segunda e terceira rondas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, nesta primeira ronda vou dar-lhe a mesma tolerância que dei aos outros.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque, pergunto-lhe o seguinte: durante este período, em algum momento, o acionista Estado — e na altura era Ministra das Finanças — percebeu que o plano de reestruturação era incumprível porque as rentabilidades necessárias para o reembolso dos CoCo nunca seriam sido atingidas?

A Sr.^a ex-Ministra também percebeu que isto aconteceu, porque o Governo estava preocupado com o reembolso dos CoCo no final de 2015. Ou seja, a Caixa não tinha objetivamente condições de cumprir o plano de reestruturação, e isso percebeu-se em 2015.

Por isso, também lhe pergunto o seguinte: que iniciativas é que tomou, nessa altura, para pôr em prática esse plano de reestruturação? É que esse plano de reestruturação implicaria sempre, sejam 5000 milhões ou menos,

necessidades adicionais de capital, como o próprio Dr. José de Matos reconheceu.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Ora, se no primeiro semestre de 2015 José de Matos reconheceu e comunicou ao Governo da altura que a Caixa tem necessidades adicionais de capital e se a Sr.^a Deputada, na altura Ministra, reconheceu que o banco — esse banco e outros — tinha um problema de rentabilidade, portanto, dificilmente poderia gerar os recursos necessários para concluir o plano de reestruturação, pergunto-lhe: em que página do programa de estabilidade, que foi enviado depois de se saber isto tudo, ou seja, foi enviado em 2015 com uma trajetória de dívida pública para 2015, 2016 e 2017, é que estão vertidas as necessidades de capital que decorreriam necessariamente desse reforço de solidez do setor financeiro?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Posso fazer as outras rondas, mas tudo bem. Já terminei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos ver se nos entendemos. O Sr. Deputado pré-anunciou que ia querer uma segunda e terceira rondas, mas não podemos é ter as duas coisas.

Tem a palavra, Sr. Deputada Maria Luís Albuquerque.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, a questão da falta de rentabilidade dos ativos dos bancos é alvo de uma discussão ampla, aberta, em diversas sedes, não é algo que tivesse sido disfarçado, ocultado,

que não fosse conhecido. Essa questão tem sido alvo de múltiplos relatórios do Banco de Portugal, das análises da troica.

A pouca rentabilidade dos ativos e a dificuldade de geração de capital orgânico por parte dos bancos, que leva a que os bancos não tenham capacidade de pagar dividendos aos seus acionistas e tenham repetidamente de pedir reforços de capital, é uma matéria que dificilmente podia ser mais pública. Ou seja, é um assunto conhecidíssimo.

A questão da falta de rentabilidade dos ativos do banco — e explico isto porque me parece importante que, numa comissão de inquérito, quem nos esteja a ouvir perceba — era, obviamente, uma matéria relevante para a execução do plano de reestruturação e para a capacidade de reembolso dos CoCo.

Já disse aqui hoje, várias vezes, que é verdade que o Dr. José de Matos me tenha transmitido que havia a probabilidade — já nem estou a falar de possibilidade — de a Caixa não conseguir vir a gerar rentabilidade para fazer face a esse reembolso dos CoCo, mas também apresentava alternativas de geração de capital que podiam, pelo menos, mitigar essa questão, aliás, incluindo a transferência da ParCaixa, como foi feito agora, nos últimos dias, até já pelo atual Governo. Era uma solução que já tinha sido colocada em cima da mesa para resolver uma parte do problema.

Portanto, não houve aqui nenhuma intenção de empurrar, de ocultar ou do quer que seja, houve uma identificação de um assunto com antecedência suficiente para ele ser tratado no *timing* adequado, que podia inclusivamente não ter impacto em necessidades de capital materiais que se conhecessem à data do Programa de Estabilidade enviado em abril de 2015, porque, inclusivamente, há um conjunto de requisitos adicionais que têm impacto nas necessidades de capital e em relação às quais o Dr. José de Matos disse aqui que só teve conhecimento em dezembro de 2015, e de outras coisas que só teve conhecimento em outubro de 2015.

Esta é uma realidade dinâmica e não é verdade quando se diz que, em abril de 2015, quando fizemos o Programa de Estabilidade, já sabíamos que tínhamos de pôr x mil milhões de euros de capital na Caixa. Isso não é objetivamente verdade.

Portanto, refletir no Programa de Estabilidade algo que ainda teria de ser analisado e que teria francamente tempo para ser feito, para ser incluído no Programa de Estabilidade em 2016, que é atualizado... Era uma matéria para ser tratada com tempo. Tanto que tinha tempo que, 15 meses volvidos, essa matéria ainda não está tratada. Esta é a prova mais evidente de que o assunto não era urgente. Se fosse urgente, já tinha tido de ser tratado.

Portanto, havia tempo para ser tratado por quem tivesse a responsabilidade das finanças, que, na sequência das eleições, até achei que seria uma responsabilidade que me caberia a mim.

Não foi depois esse o desenvolvimento, mas naturalmente que quem vem a seguir tem a responsabilidade de tratar dos assuntos que encontrou em curso, pendentes ou por resolver. É para isso que os governos servem, ou seja, para continuar o trabalho que vem dos governos anteriores, sobretudo em regimes democráticos em que esta transição é vista como algo de natural.

Para concluir a minha resposta, quero dizer que a questão da falta de rentabilidade dos ativos é um tema absolutamente discutido abertamente, em conferências, em documentos, por académicos. É o problema concreto que se coloca a todos os bancos. No caso da Caixa, estamos a falar do reembolso dos CoCo, mas no caso dos bancos privados é um problema seríssimo estarem constantemente a pedir aos acionistas para colocarem mais capital e estarem há anos sem lhes pagar dividendos, porque não têm capacidade de gerar capital. E isso, como digo, não é nada de confidencial ou que tenha sido disfarçado, é conhecido de todos.

O que a dívida pública fez foi ajudar a que esse problema fosse mais facilmente ultrapassado, ou seja, que houvesse espaço para limpar mais os

balanços e, quanto mais limpos eles estiverem, maior é o potencial de rentabilidade futura. Mas essa realidade foi sendo refletida na atualização dos planos da Caixa que foi sendo feita, como digo, nas múltiplas revisões. Não tenho memória de quantas foram, mas o Ministério das Finanças saberá com certeza, porque tem lá informação e pode dizer quantas versões foram feitas, aliás, peço desculpa, não são versões, são atualizações ou revisões que foram feitas ao plano de reestruturação depois do início da sua execução. É preciso ter cuidado com as palavras, se não podemos confundir com outra coisa.

A questão é: como é que este processo se gere? É verdade que a dívida pública terá sempre um efeito finito, é verdade que não ficará baixa para sempre. Mas o que releva na dívida pública não é a sua taxa absoluta, é a sua taxa relativa, porque, se tivermos a falar de uma variação da taxa de base que aconteça igualmente para todos, isso não nos prejudica particularmente. O problema é quando nos afastamos daqueles com quem nos comparamos e aí, sim, pesa e, objetivamente, piora ainda mais a rentabilidade dos bancos. Era só esta distinção que queria fazer.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a primeira ronda, vamos passar à segunda ronda.

Sei que o Partido Socialista pretende intervir na segunda ronda. Como o Sr. Deputado João Galamba anunciou o seu interesse em intervir na segunda e terceira rondas, dou-lhe o tempo das duas rondas e fica o problema resolvido. Presumo que nenhum dos grupos parlamentares queira falar na segunda e terceira rondas, pelo que só sobra o Partido Socialista.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, sobre eu, sobre o Partido Socialista e sobre a Deputada Maria Luís Albuquerque.

Portanto, gostava de fazer uma pergunta a seguir à resposta que deu a Deputada Maria Luís Albuquerque.

O Sr. **Presidente**: — Se prefere assim, por mim, não há nenhum problema. O tempo de duração da segunda ronda é de 5 minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Esta questão da rentabilidade dos ativos e da incapacidade de os bancos reembolsarem o dinheiro que foi injetado em 2012, como bem sabe, não é só um problema da Caixa, é um problema da Caixa, foi um problema do BANIF e, curiosamente, também foi um problema do BPI e do BCP, que só foi ultrapassado com injeções de capital dos acionistas. Nenhum banco português, que me lembre, mas posso estar enganado, reembolsou os CoCo ao Estado com base na rentabilidade da sua atividade. Ou seja, não libertaram meios para tal. O BPI tinha um acionista privado que fez um aumento de capital, mas, sobretudo, se não me engano, foi no BCP onde isso aconteceu de forma mais clara. Houve um aumento de capital com o objetivo de reembolsar o Estado.

Sendo a Caixa o maior banco, sendo as suas acusações e as do PSD tão veementes no desastre que foi a Caixa antes da crise e se o BCP tem um aumento de capital — ele é mais pequeno que a Caixa e o aumento de capital é muito maior do que o da Caixa, pois tem aumentos de capital depois de 2012, e o BANIF não teve mas teve o fim que se conhece, e o BPI idem —, pergunto: em que momento é que a Sr.^a Deputada ia perceber que, de facto, era preciso um novo plano de reestruturação porque havia necessidades adicionais de capital e o problema não estava resolvido?

Nós passámos quatro anos com a Caixa capitalizada, mas é como um balde furado. Podemos encher o balde, mas, se ele está furado, ou seja, se o

banco não é rentável, pode ter o capital que quisermos que aquilo esvai-se e não é sustentável a prazo.

A pergunta que lhe faço é a seguinte: em 2015, quando se percebeu que havia uma necessidade adicional de capital, a Sr.^a Deputada sabe que essa necessidade tinha de ser negociada com a DGComp?

A Sr.^a Deputada disse «passou tanto tempo e ainda não fizemos nada». Fizemos, fizemos! Garantimos uma coisa que, em 2015, não estava garantida, e a Sr.^a Deputada sabe muito bem. Garantimos a possibilidade de o acionista capitalizar a Caixa sem *bail-in* ou sem uma resolução do banco. Isso não estava garantido.

Havia, aliás, quem dissesse que seria impossível de garantir porque essa negociação estava sempre fadada ao fracasso.

Não foi em 2015 que se percebeu que a Caixa não tinha rentabilidade; isso percebeu-se em 2013, foi reforçado em 2014 e outra vez em 2015. Portanto, só gostava de saber que iniciativas é que o seu Governo, ou a Sr.^a Deputada, em concreto, tomou para renegociar o plano de reestruturação e uma recapitalização que fosse compatível com as regras do mercado e que não tivesse ajudas do Estado, porque, se as tivesse, a Caixa tinha de ser resolvida e tinha de haver *bail-in* da Caixa. Ou, na altura, a Sr.^a Deputada não tinha mesmo a intenção de recapitalizar a Caixa e por isso é que não se empenhou em negociar com a DGComp — nem sequer tentou — uma possibilidade de o acionista recapitalizar o banco sem ajuda do Estado?

O que é que fez, em concreto, a partir do momento em que se foi percebendo que a rentabilidade não seria suficiente para cumprir com sucesso o plano de reestruturação, que seria preciso outro plano de reestruturação e que, eventualmente, haveria necessidades adicionais de capital, o que seria impossível sem uma difícilíssima negociação em Bruxelas? Tentou fazê-la? Não tentou? É que ter conhecimento em abril de que isso vai ser necessário e dizer: «Disso tratamos em 2016!» já me parece ser um

bocadinho empurrar o problema com a barriga. Parece-me ser, sobretudo, não querer assumir a necessidade de enfrentar o problema a tempo das eleições, porque dava um pouco de jeito passar a ideia de que não havia, de facto, problemas no setor financeiro e de que a saída tinha sido não só limpa mas também imaculada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, deixe-me só esclarecer uma coisa que talvez não tenha percebido há pouco. O Sr. Deputado tem 8 minutos, que gere como entender: podem ser 5 minutos da segunda ronda e 3 da terceira. Gere os 8 minutos como entender.

O Sr. **João Galamba (PS)**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para além desta pergunta, queria deixar outra questão à Sr.^a Deputada. A Sr.^a Deputada tem falado sempre aqui das necessidades de capital, das necessidades de capital... Só que, obviamente, há capital mínimo regulatório que é apurado e determinado pelo regulador, mas as necessidades de capital de um banco não se esgotam aí — podem esgotar-se, se o acionista entender que basta capitalizar pelo mínimo.

O Governador do Banco de Portugal disse, em 2012, que teria preferido uma solução à espanhola e à irlandesa, porque tinham, de facto, resolvido o problema dos bancos. Nesses bancos, ao contrário do que aconteceu em Portugal, o crédito malparado não continuou a subir até 2016. Em Portugal, subiu todos os anos, subiu em 2012, em 2013, em 2014, em 2015 e, até, no primeiro trimestre de 2016.

A Sr.^a Deputada considera ou não — a Sr.^a Deputada vai, certamente, dizer que não havia condições financeiras para o fazer — que o País perdeu uma oportunidade de resolver um problema? Pode dizer que não tinha condições para o fazer, mas foi ou não verdade que houve recapitalizações que tiveram como objetivo simultâneo não só garantir rácios mínimos de

capital mas também dotar os bancos do capital necessário para enfrentarem os tempos que se avizinham e terem robustez suficiente para continuarem a poder desempenhar a sua função, isto é, para não terem de cortar em demasia o consumo de crédito à economia? É que, como bem sabe, um dos problemas da qualidade dos ativos, dos NPL (*non-performing loans*), é, exatamente, o facto de restringirem a oferta de crédito. Um banco não pode ter só liquidez, também tem de ter capital para conceder crédito, porque, por muito dinheiro que tenham, se não tiverem capital...

Portanto, é ou não verdade que em 2012 se perdeu essa oportunidade? Depois pode dizer que não tínhamos a oportunidade, que era bem que pudéssemos tê-lo feito mas que não tínhamos condições. Mas é ou não verdade que em 2012 se perdeu a oportunidade de fazer algo semelhante ao que foi feito em Espanha e na Irlanda?

Depois, há uma coisa que não percebo, que é esta ideia: «não temos dinheiro, portanto vamos tomar uma estratégia diferente». Só que essa estratégia diferente não é propriamente uma alternativa se esse dinheiro vier a ser necessário no futuro, ou seja, se o problema apenas for adiado e não resolvido de outra maneira. O problema foi ou não foi adiado? E perdemos ou não alguns anos — nomeadamente, quatro anos — com o sistema financeiro relativamente entupido e com enormes dificuldades na concessão de crédito? É que a qualidade, a baixa rentabilidade dos ativos consome muito capital, o capital é escasso e, portanto, se tem de estar afeto a esses ativos não pode estar afeto a novos ativos, pelo que os bancos portugueses ficam limitados na sua capacidade de concessão de crédito à economia.

E é ou não verdade que a decisão de dotar um banco dos meios financeiros para alterar esta situação é responsabilidade do acionista? Não tem nada a ver com rácios mínimos de capital mas, sim, com o volume de investimento que um determinado acionista quer fazer num ativo porque

entende que o ativo pode estar mais ou menos sólido, ter mais ou menos capacidade de concessão de crédito.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, espero ter tomado nota de tudo.

O Sr. Deputado começou por dizer que a dificuldade de reembolso dos *CoCo* é comum a todos os bancos, porque não foi feito com capital orgânico, o que é verdade.

Sr. Deputado, note que não estou aqui a questionar — e, tanto quanto sei, o PSD também não questionou — a necessidade de a Caixa ter uma recapitalização, o que se questiona é o montante, por que é que é aquele montante e para fazer o quê. Ou seja, ninguém está aqui a dizer que a Caixa não deve ter capital do seu acionista. Pelo menos, eu ainda não ouvi nenhuma alegação dessa natureza.

Aliás, mesmo quanto à ideia de que adiámos isto por causa das eleições, até nem acho que em Portugal seja impopular, do ponto de vista eleitoral, dizer que se vai recapitalizar a Caixa Geral de Depósitos. Portanto, mesmo desse ponto de vista da gestão de um processo eleitoral, também acho que o argumento não colhe.

O Sr. **João Galamba** (PS): — É que não era só a Caixa, havia outros!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, a questão que se coloca é a de saber porquê o montante e para quê o montante — porquê e para quê —, não propriamente o facto de, sendo a Caixa um banco público, ser recapitalizada pelo seu acionista, que é uma outra parte da questão.

Portanto, quando pergunta porque é que a Caixa teve o menor aumento de capital se é o maior banco, devo dizer-lhe que, por exemplo, a Caixa teve um conjunto de vantagens no início da crise que os outros não tiveram. A

Caixa, pela sua natureza, pela sua história, também pelo facto de ser um banco público, conseguiu captar muitos dos clientes que saíram dos outros bancos. A Caixa teve essa vantagem competitiva natural, espontânea, face aos restantes bancos.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Isso não dá mais capital ao banco!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, não confundo depósitos com capital, não estou a dizer que isso dê mais capital, o que estou a dizer é que um banco que tem mais clientes e que atrai mais recursos tem melhores condições.

Portanto, não faço aqui comparações dos valores absolutos, porque isso tem de ser analisado em função das necessidades de capital que foram identificadas sempre pelo mesmo Banco de Portugal para o conjunto dos bancos — e mais uma vez reforço que não estou em condições de dar essa informação em detalhe aos Srs. Deputados, só em termos mais agregados e macroeconómicos. No entanto, não me parece que faça sentido dizer que a Caixa teve o menor aumento de capital mas, como era o maior banco, devia ter tido o aumento maior. Essa relação não faz sentido...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Segundo o seu discurso...

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — ... e não é razoável.

Portanto, a Caixa teve a recapitalização em função das necessidades que foram identificadas na altura por quem tinha competência para fazer essa identificação.

O Sr. Deputado diz que este Governo já garantiu a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, e esperamos todos muito bem que sim. Aquilo que sabemos é que existirá um acordo de princípio e, portanto, a bem do País

esperamos que sim, o que não significa que não continuemos a querer saber porquê e para quê. Mas essa é uma outra questão.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Isso já foi explicado muitas vezes!

O Sr. **Presidente**: — Agora é que estamos mesmo, entre um e o outro, em matéria que não é objeto da Comissão.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É melhor não levantarmos essa questão, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Isto de acordo com a deliberação da Comissão.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sim, mas de acordo com o parecer da Sr.^a Auditora...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Obrigada, Sr. Presidente.

Quanto às iniciativas que tomou para fazer face à queda de rentabilidade, Sr. Deputado, a queda da rentabilidade dos bancos...

O Sr. **João Galamba** (PS): — A inexistência de rentabilidade!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — A pouca rentabilidade, se o Sr. Deputado prefere. O que é que fizemos quanto ao problema da falta de rentabilidade? Sr. Deputado, a falta de rentabilidade dos bancos, em grande parte, resulta de não haver margem financeira, porque as taxas de juro continuam muito baixas. E, de facto, Portugal não tem capacidade de alterar

isso, Portugal é passivo nessa matéria das taxas de juro na Europa. Se fôssemos uma economia grande que pudesse ser pujante e puxar, ser o motor da Europa, podíamos ter alguma influência na evolução das taxas de juro de enquadramento; como não é o caso, somos passivos.

Portanto, na parte que diz respeito à perda de rentabilidade que resulta de ter taxas de juro muito baixas — taxas Euribor muito baixas, para não se confundir com a taxa de juro da dívida pública, que infelizmente é muito alta —, Portugal e o sistema financeiro português são completamente passivos, aceitam aquilo que decorre do enquadramento e têm de viver com isso. E esse é um dos principais problemas da falta de rentabilidade.

O aumento de capital não vai, em si próprio, resolver também esse problema; pode permitir à Caixa fazer mais operações, mas o melhor contributo que um governo pode dar para melhorar a situação deste banco, como dos outros todos, é recuperar a economia. De facto, foi isso que fizemos entre 2011 e 2015 — começámos com um País que estava na bancarrota e deixámos uma economia a crescer 1,6%.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Curiosamente, o balanço continuou a deteriorar-se até 2016.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Esse é o maior contributo que se pode dar para melhorar a situação do sistema financeiro, porque o sistema financeiro depende criticamente da evolução da economia, da capacidade de atrair investimento. É que estamos aqui a discutir — é esse o objeto da Comissão — a falta de capital dos nossos bancos, mas a falta de capital em Portugal é um problema generalizado, não acontece só nos bancos. O País tem uma escassez imensa de capital a todos os níveis. Portanto, de facto, precisaremos de fazer grandes reforços de capital, que vão depender, em grande parte, de investimento externo.

O facto de o Governo atuar no sentido de atrair esse investimento e de melhorar a situação económica contribui diretamente para o reforço da rentabilidade dos bancos, porque melhora a situação de base, faz com que haja mais projetos que os bancos possam financiar, que sejam rentáveis e que ajudem a combater o problema da rentabilidade. Este problema da rentabilidade decorre também, em grande parte, do facto de uma parte do *stock* de crédito dos nossos bancos estar ligada, por exemplo, ao crédito à habitação, que tem menos imparidades mas com o qual, em compensação, os bancos, como emprestaram a uma taxa variável com um *spread* muito baixo, estão a receber o dinheiro dos clientes mas estão continuamente a perder. Estão sempre a perder! É um negócio daquilo que vem do passado que lhes dá prejuízo contínuo, porque as taxas de juro de base estão muito baixas e consumiram a margem financeira.

Portanto, o Sr. Deputado pergunta-me se falei ou não falei, se tratei com a Direção-Geral da Concorrência esta matéria. O Sr. Deputado com certeza saberá, mesmo não tendo estado no governo, que há sempre múltiplas matérias a tratar e que elas são hierarquizadas em função da sua urgência.

Como já disse aqui, e não tenho qualquer problema em dizê-lo, era minha intenção — até, a seguir ao dia 4 de outubro, era mesmo minha expectativa — iniciar esse diálogo com a Direção-Geral da Concorrência. Pelos desenvolvimentos que todos conhecemos, não me coube a mim fazê-lo, coube ao atual Governo, e ainda bem que o fez, porque devo dizer que está a cumprir a sua obrigação. Ainda bem que o Governo está a tratar do banco público, porque é essa a obrigação de qualquer governo, seja o atual ou fosse o anterior. Era isso que eu teria feito naquele *timing*, porque tinha outros assuntos que exigiam uma atenção mais imediata.

Portanto, é verdade que, olhando agora, se pode dizer que há muitas coisas que se poderiam ter feito. É verdade, mas não conseguimos fazer tudo, estabelecemos prioridades, estabelecemos hierarquias em função da

necessidade. A avaliação que fiz na altura — e até hoje, até agora não há nada que me leve a crer que foi uma avaliação errada — foi que esse não era o tema mais prioritário e mais urgente, nomeadamente para ter a discussão com a Direção-Geral da Concorrência quando tínhamos a discussão do tema BANIF plenamente viva, que discuti praticamente até ao dia em que saí do governo. Isso ocupava muito do meu tempo, muito do tempo das pessoas que trabalhavam comigo e não é materialmente possível discutir tudo em simultâneo. Nem sequer as equipas da Direção-Geral da Concorrência têm essa disponibilidade para estarmos a abrir todas as discussões, portanto, temos de fazer hierarquias e estabelecer prioridades e foi isso que foi feito.

Como digo, nada até hoje me leva a crer que esta priorização de objetivos tivesse tido algum resultado negativo. Foi o Governo que entretanto entrou em funções que tratou do assunto; tivesse sido o nosso e tê-lo-íamos feito. Não tinha qualquer problema em encetar esse diálogo com a Direção-Geral da Concorrência nem em explicar aqui, no Parlamento, os contornos desse diálogo.

Depois, perguntou-me se não tínhamos intenção de recapitalizar a Caixa Geral de Depósitos. Sr. Deputado, não sei exatamente qual é o alcance da pergunta mas a Caixa Geral de Depósitos é demasiado importante no sistema financeiro português e para o País, pelo que não seria, seguramente, abandonada à sua sorte. A questão da Caixa Geral de Depósitos teria de ser tratada.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Podia sempre ser privatizada!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Outra vez!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Era o que queriam com os *CoCo*!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Sr. Deputado, se quiséssemos privatizar... Nós estivemos quatro anos e cinco meses no Governo, privatizámos múltiplas empresas. Alguém me há de explicar, se era nossa intenção privatizar a Caixa, porque é que não o fizemos. É que ainda não percebo! Ao fim de quatro anos e meio, se não o fizemos, foi seguramente porque não queríamos fazê-lo. Aquilo que está a acontecer neste processo...

Protestos do Deputado do PS João Paulo Correia.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa mas tenho de a interromper para pedir aos Srs. Deputados que criem condições para prosseguirmos os trabalhos.

Sr. Deputado João Paulo Correia, se quer falar, fala, mas isso não é um aparte, é uma intervenção.

Tem a palavra, Sr.^a Dr.^a Maria Luís Albuquerque.

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Quanto às necessidades de capital não se esgotarem nos mínimos e dependerem da decisão do acionista, devo dizer que é verdade.

O acionista tem, teoricamente, a capacidade de decidir pôr muito capital num banco. Se estivermos a falar de um acionista privado, vamos imaginar uma situação em que haja um acionista muito rico — um exemplo — que quer ter um banco e que está disposto a pôr todo o dinheiro que for preciso nele, ele pode inclusivamente dizer: «Olhe, todo o crédito que tenho concedido está provisionado a 100% e continuo a pôr capital e capital, porque posso e porque quero».

Mas, nem o Estado português é um acionista privado nem tem bolsos desse tamanho e, portanto, tem restrições objetivas às decisões que pode tomar, e estava num programa de ajustamento.

Se o Governo, ou melhor, o Estado dissesse: «As necessidades de capital identificadas pelo Banco de Portugal são de 1650 milhões de euros». Mas eu, Ministra das Finanças — por acaso ainda não era eu, na altura, mas o meu antecessor, o que, para o caso, dá na mesma —, que, por acaso, estava a viver de um Programa de Assistência que tive de pedir porque entretanto o País tinha falido, decidia que: «Ai, não, quero sentir-me mais confortável e quero lá pôr mais 1000 milhões».

Sr. Deputado, vamos pôr esta conversa em 2012 para percebermos que falar das decisões — e já disse isto hoje — como se elas não tivessem restrições ou fossem desligadas do enquadramento é falacioso, porque não permite às pessoas perceberem quais eram efetivamente as possibilidades de escolha.

Não estou a dizer que o Estado tenha deliberadamente posto menos capital na Caixa do que o que ela precisava. O que estou a dizer é que, objetivamente, o Estado não se podia dar ao luxo de pôr lá muito mais para ficar mais confortável.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não é para ficar confortável! É para dar meios financeiros ao banco!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Se o Governo atual diz que se pode dar ao luxo de pôr mais para ficar confortável — e quereremos perceber porquê —, seguramente, é porque herdaram uma situação muito melhor do que a que nós herdámos, porque, senão, também não se podiam dar a esse luxo, Sr. Deputado! As coisas são o que são.

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

Portanto, isto leva-me à questão em que o Sr. Deputado disse que o Sr. Governador do Banco de Portugal teria preferido uma solução como a da Irlanda ou a da Espanha. Eu também!

Se perdemos uma oportunidade? Perdemos! Mas não perdemos uma oportunidade em 2011 ou 2012, perdemo-la na primeira década do euro, porque aquilo que aconteceu na Espanha e na Irlanda foi que, ao longo desses primeiros anos, tiveram taxas de crescimento elevadas, reduziram as suas dívidas públicas até 30% ou 40% do PIB. Quando chegou a altura de ser preciso pôr dinheiro no sistema financeiro, puderam dizer: «Tenho espaço, posso aumentar a minha dívida para 90% ou para 100%, porque aguento, porque nos anos das vacas gordas andei a reduzi-la».

Não é por acaso, Sr. Deputado, que os problemas mais críticos do sistema financeiro estão em Portugal e em Itália! É que são os dois países que na primeira década do euro tiveram o pior crescimento económico e que aumentaram a dívida pública.

Perdemos, de facto, uma oportunidade, mas não foi em 2011, foi muito antes! Em 2011 essa oportunidade já não existia, e podemos lamentar que não existisse mas não podemos fazer mais do que isso, a não ser tentar resolver para a frente.

A oportunidade foi perdida antes e, como digo, nem é preciso olhar só para o caso português. O paralelismo entre o caso português e o caso italiano é evidente.

Não pudemos adotar a solução espanhola e irlandesa porque isso colocaria as nossas dívidas públicas a um nível insustentável. Portanto, era uma oportunidade que não existia. Tinha existido no passado, podíamos ter tido outra atuação e conseguido outros resultados, mas em 2011 essa oportunidade já tinha sido perdida há muito.

Portanto, quando diz se perdemos ou não quatro anos de rentabilidade, mais uma vez, Sr. Deputado, comparando com cenários realistas, não! Fez-se o que se podia fazer!

Já disse isso hoje, mas foi uma coisa que tive de repetir várias vezes ao longo do Governo em múltiplas discussões. Quando me vinham dizer: «Ah, mas para resolver esse problema precisávamos de ter cinco anos», «para resolver esse problema precisávamos era de ter 30 000 ou 40 000 milhões», eu dizia: «Pois, com certeza, dêem-me cinco anos e mais 40 000 milhões e garanto que também resolvo mais problemas».

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Deixe estar, deixe estar!

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Com tempo e dinheiro tudo se resolve. O problema é resolver com pouco tempo e pouco dinheiro. Isso é que é difícil, porque obriga a fazer escolhas muito complicadas. Quando se tem muito tempo e muito dinheiro, pois é tudo mais fácil.

Também gostava de ter governado com muito tempo e muito dinheiro, mas não foi essa a parte que me calhou em sorte e fizemos o melhor de que fomos capazes.

Quando o Sr. Deputado pergunta, e julgo que foi a última questão de que tomei nota, se a decisão de colocar capital é ou não do acionista, devo dizer que teoricamente sim, sobretudo se o acionista tiver plena liberdade de decisão, porque não está sujeito a cumprir regras com as quais se tenha comprometido perante outras entidades e porque é capaz de ir ao mercado buscar o dinheiro que for preciso sem ter de pedir ajuda a ninguém. Se tiver esses graus de liberdade, concordo que é uma decisão do acionista; se não tiver esses graus de liberdade, e mesmo em melhores circunstâncias financeiras, sendo um Estado tem sempre menos graus de liberdade porque aceitámos as regras comuns da União Europeia que introduzem aqui

limitações, a pergunta não deve ser feita nesses termos porque a resposta não é essa. Não é totalmente livre, tem restrições.

Portanto, se estamos hoje mais confortáveis para fazer uma recapitalização maior, acho que isso é uma boa notícia, mas continuaria a querer saber para fazer exatamente o quê. Mas já sei que isso não é deste âmbito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ainda dispõe de 1 minuto e 12 segundos. Ia pedir-lhe para ser...

A Sr.^a Dr.^a **Maria Luís Albuquerque**: — Isto é a terceira ronda?

O Sr. **Presidente**: — Esclareço: o Sr. Deputado tem 8 minutos, porque manifestou interesse em usar a segunda e a terceira rondas. Gastou 6 minutos e 48...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, peço desculpa, não me vou opor, mas não podemos usar o método de pergunta/resposta para dividir esses 8 minutos, porque eles estão objetivamente agregados nas rondas. Não podemos, na segunda ronda, usar só 3 minutos e, depois, usar mais 1 minuto.

O Sr. **Presidente**: — Tem razão, Sr. Deputado.

Portanto, damos por finda a reunião.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Se não tenho mais tempo, não tenho mais tempo!

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, dão-me licença? Quem toma as decisões sou eu. Se tomo uma decisão errada, revogo a minha decisão. A responsabilidade é minha, não é de mais ninguém.

Portanto, de facto, enganei-me, porque estava a raciocinar em termos de existirem duas rondas em que os Deputados perguntam todos e o auditado, digamos assim, responde a todos. Como só havia um grupo parlamentar que queria participar, quis simplificar, mas não tenho problema nenhum em reconhecer que fui para além do meu mandato e que, portanto, a decisão é diferente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Nos 5 minutos, deu uma resposta e podia perguntar outra vez...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, por acaso não foram 5 minutos, as perguntas foram feitas em 6 minutos e 48 segundos.

Protestos do Deputado do PS João Paulo Correia.

Srs. Deputados, deixemos estar como está.

Agradeço à Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque a sua presença e as respostas que nos deu.

Recordo os Srs. Deputados que, pelas razões que os Srs. Coordenadores e a Mesa conhecem, amanhã há uma reunião às 9 horas.

A reunião tem de começar às 9 horas e tem de acabar às 10 horas, porque há debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro. Se os temas não estiverem tratados até às 10 horas, convocarei nova reunião para depois de almoço.

Está encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 4 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.